



Governo do Distrito Federal
Fundação Hemocentro de Brasília

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

PREGÃO ELETRÔNICO PE 90011/2026

UASG 926334

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

(Processo Administrativo nº 00063-00003101/2024-10)

OBJETO	VALOR TOTAL ESTIMADO		RECURSO ORÇAMENTÁRIO
Aquisição continuada de insumos de Controle de Qualidade Interno (CQI), destinados ao atendimento dos laboratórios da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB).	R\$ 487.044,45 (quatrocentos e oitenta e sete mil quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).		PROGRAMA DE TRABALHO: 10.303.6202.2811.0002 – CICLO DO DOADOR, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DO SANGUE NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30 - Material de Consumo FONTE DE RECURSOS: 138
REGISTRO DE PREÇOS	MODO DE DISPUTA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	VARIAÇÃO MÍNIMA DE LANCE
Não	Aberto	Menor Preço	0,35%
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	COTA PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS?	EXIGE AMOSTRA?	EXIGE GARANTIA?
Não	Não	Sim	Sim
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	
Até 23:59 horas do dia 12/05/2026 pelo endereço licitacao@fhb.df.gov.br	Até 08:59 horas do dia 15/05/2026 pelo www.gov.br/compras	Às 09:00 horas do dia 15/05/2026	

Torna-se público que a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, por meio da Diretoria de Compras, sediada com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – SMHN Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Decreto Distrital nº 44.330 de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Edital estará disponível na página www.hemocentro.df.gov.br e no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição continuada de insumos de Controle de Qualidade Interno (CQI), destinados ao atendimento dos laboratórios da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, e itens avulsos, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.2.1. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo.

Grupo 01 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------------	--------	-------------------------	---------------------	----------------	-------------

					ESTIMADO	ESTIMADO
1	Painel de amostra positiva para HIV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415141	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
2	Painel de amostra positiva para HCV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415140	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
3	Painel de amostra positiva para HBsAg para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415139	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
4	Painel de amostra positiva para HTLV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415136	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
5	Painel de amostra positiva para Chagas para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415134	Unidade	18	R\$ 1.650,70	R\$ 29.712,60
6	Painel de amostra positiva para Sífilis para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415137	Unidade	18	R\$ 1.650,70	R\$ 29.712,60
7	Painel de amostra positiva para anti-HBc para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415138	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
8	Controle positivo para HIV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415141	Teste	2840	R\$ 4,08	R\$ 11.587,20
9	Controle positivo para HCV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415140	Teste	2760	R\$ 4,66	R\$ 12.861,60
10	Controle positivo para HBsAg para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415139	Teste	2424	R\$ 4,11	R\$ 9.962,64
11	Controle positivo para HTLV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415136	Teste	2608	R\$ 4,08	R\$ 10.640,64
12	Controle positivo para Chagas para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415134	Teste	3284	R\$ 0,98	R\$ 3.218,32
13	Controle positivo para Sífilis para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415137	Teste	3144	R\$ 4,04	R\$ 12.701,76
14	Controle positivo para anti-HBc para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415138	Teste	3072	R\$ 4,08	R\$ 12.533,76
15	Controle positivo para Sífilis para validação diária em métodos de floculação. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O título mínimo deverá ser de 1/16. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	358549	Teste	168	R\$ 45,30	R\$ 7.610,40

Total Grupo 01:	R\$ 305.611,52
-----------------	----------------

Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
16	Controle negativo para HIV, HCV, HBsAg, anti-HBC, HTLV, Chagas, Sífilis e anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser não reagente para todos os parâmetros citados. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Teste	2607	R\$ 31,96	R\$ 83.319,72
Total item 16:		R\$ 83.319,72				

Grupo 02 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
17	Painel de amostra positiva para anti-HBs para validação lote a lote/remessa a remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Unidade	8	R\$ 58,42	R\$ 467,36
18	Controle positivo para anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado e deverá ser validado em duas metodologias diferentes. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Temperatura de armazenagem: -20°C. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Unidade	366	R\$ 60,32	R\$ 22.077,12
Total Grupo 02:		R\$ 22.544,48				

Insumos para uso no Laboratório de Imuno-hematologia:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
19	Kit controle para testes imuno-hematológicos: tipagem ABO/RhD e pesquisa de anticorpos irregulares, para método gel-teste, microplaca e tubo. O reagente de hemácias deverá ter a concentração mínima de 0,8%. Reagente pronto para uso. Validade mínima 30 dias na data de entrega na FHB.	362078	Teste	12.337	R\$ 4,89	R\$ 60.327,93
Total item 19:		R\$ 60.327,93				

Grupo 03 - Insumos para uso no Laboratório de Citometria de Fluxo:
--

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
20	Controle positivo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso. Validade mínima 60 dias na data de entrega na FHB.	484554	Teste	200	R\$ 29,21	R\$ 5.842,00
21	Controle negativo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso. Validade mínima 60 dias na data de entrega na FHB.	368250	Teste	200	R\$ 29,21	R\$ 5.842,00
Total Grupo 03:		R\$ 11.684,00				

Insumos para uso no Laboratório de Controle de Qualidade:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
22	Solução padrão para uso no espectrofotômetro a fim de avaliar o seu desempenho. Deve permitir a análise da absorbância nos comprimentos de onda na faixa de 340 nm a 600 nm. Reagente pronto para uso. Validade mínima 4 meses na data de entrega na FHB.	456236	mL	240	R\$ 14,82	R\$ 3.556,80
Total item 22:		R\$ 3.556,80				
Valor Global (grupos 01, 02 e 03, e itens 16, 19, 22)		R\$ 487.044,45				

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sicaf, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no Sicaf deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil).

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital nº 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital nº 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

- 2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011.
- 2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.
- 2.8. Para efeito do disposto acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.8.1 e 2.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 2.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 2.9.1. O disposto no 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 2.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital nº 4.611/2011, a administração pública:
- 2.10.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, os itens que compõem o objeto deste edital serão destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA** conforme previsão constante no Anexo I deste Edital;
- 2.11. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.11.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.11.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.11.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.11.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Parecer 160/2019 - PGDF);
- 2.11.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.11.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.11.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.11.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.11.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), atuando nessa condição;
- 2.11.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;
- 2.11.11. A vedação do subitem 2.11.10 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio, Decreto nº 39.860/2019;
- 2.11.12. A vedação do subitem 2.11.10 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas;
- 2.11.13. A vedação do subitem 2.11.10 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título;
- 2.11.14. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;
- 2.11.14.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

- 2.11.15. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 2.11.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum, Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF;
- 2.11.17. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, alterado pelo Decreto nº 37.843/2016:
- 2.11.17.1. Agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital, inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016; ou
- 2.11.17.2. Agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação, inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016.
- 2.11.18. A vedação de que trata o item 2.11.17 aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 2.11.19. A vedação estende-se às uniões homoafetivas, art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011.
- 2.11.20. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- 2.11.21. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação, Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF.
- 2.11.22. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.
- 2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.17. A vedação de que trata o item 2.11.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item anterior possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item/grupo;
- 4.1.2. Marca;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste documento.

- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,35% (trinta e cinco centésimos percentuais).
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

- 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;
- 5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;
- 5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.20.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.20.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.20.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.20.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.20.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.20.2.2. Empresas brasileiras;
- 5.20.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.20.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de, no mínimo, 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
6. DA FASE DE JULGAMENTO
- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SicaF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade a legislação.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.6.1. Para fins de julgamento, serão considerados como preços unitários máximos aceitáveis aqueles constantes do item 1.2.1, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem valores superiores a tais limites, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. Contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.
- 7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.
- 7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador, Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF.
- 7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:
- 7.2.1. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**
- 7.2.1.1. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- 7.2.1.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440/2011.
- 7.2.2. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**
- 7.2.2.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));
- 7.2.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- I - As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- II - Os documentos referidos no inciso 7.2.2.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- III - A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:
- $$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$
- $$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$
- $$SG = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$
- IV - As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.
- 7.2.3. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**
- 7.2.3.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:
- I - Cédula de identidade;
- II - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- III - Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- IV - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- V - Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- VI - Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- VII - Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei nº 14.133/2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.
- 7.2.4. **DECLARAÇÕES ENVIADAS POR MEIO DO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS**
- 7.2.4.1. Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

- 7.2.4.2. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- 7.2.4.3. Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- 7.2.4.4. Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- 7.2.4.5. Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- 7.2.4.6. Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

7.2.5. DECLARAÇÕES ENVIADAS JUNTAMENTE COM AS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 7.2.5.1. A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.
- 7.2.5.2. A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital, Portaria CGDF nº 356/2019.

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770/2012.

7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 dias úteis para o endereço: **SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 03, Brasília/DF** ou **licitacao@fhhb.df.gov.br**.

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada no edital.

7.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

- 7.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 7.17.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.17.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto de até 2 horas.
- 7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI/DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: <https://www.fhb.df.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame.
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta ou o lance em especial quando (Decisão TCDF nº 2.892/1019):
- 9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- 9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- 9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra.
- 9.1.2.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- 9.1.2.6. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

- 9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
 - 9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 9.1.5. Fraudar a licitação.
- 9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
 - 9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento.
 - 9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. Advertência;
 - 9.2.2. Multa;
 - 9.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida
 - 9.3.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.5. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.6. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 9.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.17. DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

9.17.1. ADVERTÊNCIA (artigo 156, I)

9.17.1.1. A contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da Lei nº 14.133/2021.

9.17.2. MULTA (artigo 156, II)

9.17.2.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação, conforme artigo 157, da Lei nº 14.133/2021.

9.17.2.2. A contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da Lei nº 14.133/2021.

9.17.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, artigo 156, §8º da Lei nº 14.133/2021.

9.17.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.17.2.5. Multa compensatória:

I - Dar causa a inexecução parcial do contrato, multa de 0,5% a 12% sobre o valor do contrato.

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, multa de 0,5% a 15% sobre o valor do contrato.

III - Dar causa à inexecução total do contrato, multa de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato.

IV - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, multa de 0,5% a 15% sobre o valor do contrato.

V - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato.

VI - Praticar ato fraudulento na execução do contrato, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato.

VII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato.

VIII - Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato.

9.17.2.6. Multa moratória:

I - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, aplicada de acordo com os seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, aplicado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso.

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, em caráter excepcional e a critério da Administração, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, contados a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, aplicado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, não podendo exceder o percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

c) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

II - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme parágrafo único do artigo 162 da Lei nº 14.133/2021.

9.17.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR (artigo 156, III)

9.17.3.1. A Contratada poderá apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação nos termos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021.

9.17.3.2. Caso haja o deferimento de pedido de produção de novas provas ou juntada de provas, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do §2º, do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021.

9.17.3.3. A Contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da Lei nº 14.133/2021.

9.17.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE (artigo 156, IV)

9.17.4.1. A contratada poderá apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação nos termos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021.

9.17.4.2. Caso haja o deferimento de pedido de produção de novas provas ou juntada de provas, a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do §2º, do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021.

9.18. A aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

- 9.19. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 9.20. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.21. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159).
- 9.22. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, artigo. 160, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.23. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, artigo 161, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.24. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.25. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: licitacao@fhhb.df.gov.br e dcomp@fhhb.df.gov.br
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
- 11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 11.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 11.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sicafe, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 11.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 11.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos.
- 11.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente.
- 11.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos.
- 11.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei.
- 11.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.
- 11.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período até o limite de 10 (dez) anos, conforme o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/11/2025, pela utilização do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. A Fundação Hemocentro de Brasília poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

12.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

12.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital nº 5.061/2013.

12.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365/2017, que regulamenta a Lei nº 5.448/2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

12.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital nº 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

12.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701/2023.

12.16. As empresas vencedoras de processos licitatórios, como condição para assinatura de contrato, deverão comprovar ou assumir o compromisso de adotar mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução igual ou equivalente, de acordo com a Lei nº 6.679, de 24 de Setembro de 2020.

12.17. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

12.17.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

12.18. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

12.19. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

12.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.21. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.hemocentro.df.gov.br.

12.22. Informamos que foi implantado na Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) o Sistema Eletrônico de Informações SEI e que todos os Contratos/Atas de Registro de Preços deverão ser assinados eletronicamente. Assim sendo, faz-se necessário o cadastramento dos representantes da conveniada que irão assinar o Contrato/Ata de Registro de Preço referente ao processo. Segue abaixo orientações de como fazê-lo - Manual disponível em (http://www.portalsei.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Manual-Cadastro-de-Usua%CC%81rio-Externo_31_mar_2020-revisado.pdf):

PASSO 1 (Fazer o cadastrar como usuário externo):

1 - Acesse o site Portal SEI (<http://portalsei.df.gov.br/>)

2 - Clique em Usuário Externo.

3 - Clique em Fundação Hemocentro de Brasília

4 - Clique em "Clique aqui" se você ainda não está cadastrado<https://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=9> e faça seu cadastro.

PASSO 2: Solicitar a liberação do cadastro, que pode se dar por duas formas:

Após efetuar o cadastro, será necessário realizar o encaminhamento dos documentos comprobatórios (documento de identificação (com cópia ou digitalização) e a Declaração de Concordância e Veracidade). Este encaminhamento poderá ser:

- Entrega presencial no Núcleo de Protocolo da Fundação Hemocentro de Brasília, localizado no SMHN Quadra 03, conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, CEP: 70.710-908; **OU**
- Encaminhamento digital via [Sistema de Peticionamento Eletrônico](#). O envio por Peticionamento Eletrônico requer cadastro na plataforma [gov.br](#). Segue abaixo recomendações:

1) Se você é cadastrado, então: (Para acessar o Peticionamento – Liberação de Usuário Externo, digitar o endereço: <http://www.portalsei.df.gov.br/>, clicar no botão USUÁRIO EXTERNO e clicar no link LIBERAÇÃO DE USUÁRIO EXTERNO. O requerente será redirecionado para o sítio Sistema de Peticionamento Eletrônico).

2) Se você ainda não é cadastrado, o link de cadastro é <https://acesso.gov.br/acesso/#/primeiro-acesso>.

Uma vez cadastrado, acesse o [Sistema de Peticionamento Eletrônico](#) para encaminhar seus documentos comprobatórios. Após a conferência da documentação o seu acesso de usuário externo será liberado, sendo permitido ao usuário externo assinar eletronicamente os documentos criados e liberados por servidor do GDF.

- 12.23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.23.1. ANEXO I – Termo de Referência 4 (200466684)
 - 12.23.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 12.23.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato (200901155)
 - 12.23.3. ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade
 - 12.23.4. ANEXO IV – Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA 4 (200466684)
TERMO DE REFERÊNCIA
FORNECIMENTO CONTÍNUO: MATERIAIS DE CONSUMO
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
DECRETO Nº 44.330, DE 16 DE MARÇO DE 2023
Processo Administrativo nº 00063-00003101/2024-10
1.5.v2.2025

1. **DEFINIÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, “A”, DA LEI Nº 14.133/2021)**
- 1.1. **Do Objeto:**
- 1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição continuada de insumos de Controle de Qualidade Interno (CQI), destinados ao atendimento dos laboratórios da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), com a finalidade de assegurar o cumprimento da legislação vigente, garantir a segurança e a qualidade dos resultados dos exames laboratoriais diariamente e, consequentemente, ampliar a segurança transfusional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices:

Grupo 01: Insumos para uso no Laboratório de Sorologia				
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Painel de amostra positiva para HIV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415141	Unidade	20
2	Painel de amostra positiva para HCV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06	415140	Unidade	20

	meses na data de entrega na FHB.			
3	Painel de amostra positiva para HBsAg para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415139	Unidade	20
4	Painel de amostra positiva para HTLV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415136	Unidade	20
5	Painel de amostra positiva para Chagas para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415134	Unidade	18
6	Painel de amostra positiva para Sífilis para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415137	Unidade	18
7	Painel de amostra positiva para anti-HBc para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415138	Unidade	20
8	Controle positivo para HIV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415141	Teste	2840
9	Controle positivo para HCV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415140	Teste	2760
10	Controle positivo para HBsAg para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415139	Teste	2424
11	Controle positivo para HTLV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415136	Teste	2608
12	Controle positivo para Chagas para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415134	Teste	3284
13	Controle positivo para Sífilis para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415137	Teste	3144
14	Controle positivo para anti-HBc para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura	415138	Teste	3072

	deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.			
15	Controle positivo para Sífilis para validação diária em métodos de floculação. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O título mínimo deverá ser de 1/16. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	358549	Teste	168

Insumos para uso no Laboratório de Sorologia				
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA
16	Controle negativo para HIV, HCV, HBsAg, anti-HBC, HTLV, Chagas, Sífilis e anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser não reagente para todos os parâmetros citados. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Teste	2607

Grupo 02: Insumos para uso no Laboratório de Sorologia				
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA
17	Painel de amostra positiva para anti-HBs para validação lote a lote/remessa a remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Unidade	8
18	Controle positivo para anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado e deverá ser validado em duas metodologias diferentes. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Temperatura de armazenagem: -20°C. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Unidade	366

Insumos para uso no Laboratório de Imuno-hematologia				
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA
19	Kit controle para testes imuno-hematológicos: tipagem ABO/RhD e pesquisa de anticorpos irregulares, para método gel-teste, microplaca e tubo. O reagente de hemácias deverá ter a concentração mínima de 0,8%. Reagente pronto para uso. Validade mínima 30 dias na data de entrega na FHB.	362078	Teste	12.337

Grupo 03: Insumos para uso no Laboratório de Citometria de Fluxo				

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA
20	Controle positivo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso. Validade mínima 60 dias na data de entrega na FHB.	484554	Teste	200
21	Controle negativo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso. Validade mínima 60 dias na data de entrega na FHB.	368250	Teste	200

Insumos para uso no Laboratório de Controle de Qualidade				
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA
22	Solução padrão para uso no espectrofotômetro a fim de avaliar o seu desempenho. Deve permitir a análise da absorbância nos comprimentos de onda na faixa de 340 nm a 600 nm. Reagente pronto para uso. Validade mínima 4 meses na data de entrega na FHB.	456236	mL	240

1.2. Da Caracterização do Objeto:

1.2.2. O objeto desta contratação possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme tabela do subitem 1.1. (Art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021)

1.2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, sendo de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam. (Art. 20, da Lei nº 14.133/2021)

1.3. Da Vigência Contratual:

1.3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.3.2. O fornecimento de insumos é enquadrado como continuado uma vez que exige entregas regulares para a manutenção das rotinas laboratoriais, assegurando o cumprimento dos normativos aplicáveis, sendo a vigência plurianual mais vantajosa devido a segurança e previsibilidade de continuidade das atividades laboratoriais, ganhos de eficiência, economia de recursos, melhor planejamento orçamentário e de logística.

1.4. Da não utilização do Sistema de Registro de Preços.

1.4.1. Esta contratação não será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, pois não atende aos critérios estabelecidos pelos incisos do artigo 190 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

1.5. Do Catálogo Eletrônico de Padronização:

1.5.1. Em observância ao art. 40, §1º, I, da Lei n.º 14.133, de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, combinado com o inciso II, do art. 36, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, que regulamenta a Lei n.º 14.133, de 2021 no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, e considerando a inexistência de catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços no âmbito do Governo do Distrito Federal, este instrumento não foi utilizado.

1.5.2. Contudo, os objetos deste certame estão previstos no Plano de Contratações Anual vigente, que tem por objetivo, entre outros, promover a padronização dos produtos e serviços a serem licitados.

1.5.3. Havendo divergência entre o Código CATMAT ou CATSER e o descritivo do Termo de Referência, prevalecerão as descrições/especificações do Termo de Referência.

1.6. Da Licitação Exclusiva:

1.6.1. A licitação não será exclusiva às microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP e microempreendedores individuais - MEI, para os grupos de 01, 02 e 03 e itens 16, 19 e 22, pela razão a seguir:

1.6.1.1. Conforme pesquisa de mercado realizada, não se verificou um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no Distrito Federal capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento. (art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006).

1.6.1.2. Da Cota Reservada:

1.6.2. A licitação não será subdividida em Cota Reservada para participação exclusiva de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP e microempreendedores individuais - MEI, para os grupos de 01, 02 e 03 e itens 16, 19 e 22, pela razão a seguir:

1.6.2.1. Conforme indicado no subitem 8.3 do Estudo Técnico Preliminar, a adoção do tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte não se mostra vantajoso para a Administração Pública e poderá representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado. Tal conclusão decorre do fato de que a eventual participação de fornecedores distintos para itens que integram a mesma metodologia ou laboratório

acarretaria ônus à instituição, dado que a contratação de marcas diversas exigiria a realização de múltiplos processos de validação com replicação de análises, implicando no aumento do consumo de reagentes e insumos necessários a cada metodologia, bem como na duplicação de esforços de qualificação técnica e operacional. Além disso, essa fragmentação também poderia comprometer a avaliação do desempenho do sistema analítico como um todo, onerando não apenas o custo direto dos materiais, mas também os custos indiretos de tempo, pessoal e eficiência dos processos laboratoriais.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, "B", DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. A fundamentação, justificativa e descrição da necessidade da licitação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice 1 deste Termo de Referência.

2.2. Dos Objetivos da Contratação:

- 2.2.1. Assegurar o cumprimento da legislação vigente;
- 2.2.2. Garantir a segurança e a qualidade dos resultados dos exames laboratoriais diariamente;
- 2.2.3. Verificar a qualidade de cada lote e remessa dos reagentes e conjuntos diagnósticos antes da sua colocação na rotina de trabalho;
- 2.2.4. Evidenciar a perda da sensibilidade dos ensaios e identificar variações em lotes e remessas;
- 2.2.5. Detectar e corrigir possíveis não conformidades;
- 2.2.6. Ampliar a segurança transfusional.

2.3. Da Justificativa do Quantitativo Solicitado:

2.3.1. Para todos os itens foi incluída uma reserva técnica de 15% na média histórica calculada. Tal previsibilidade faz-se necessária devido ao possível incremento no número de doações, uma vez que a FHB tem como meta institucional em seu planejamento estratégico 2024-2027 aumentar a taxa de doações de sangue de 1,6% para 1,8% da população.

2.3.2. Para cálculo da quantidade de CQI a ser utilizado no Laboratório de Sorologia foi realizada a média de consumo dos últimos 18 meses, utilizando as requisições feitas pelo demandante ao laboratório de controle de qualidade interno da FHB.

2.3.3. Nos cálculos de estimativa da quantidade a ser adquirida foi realizado o arredondamento do quantitativo total para que as entregas sejam feitas em parcelas iguais e inteiras, prezando pela competitividade das empresas no certame.

2.3.4. Cálculo de amostras de CQI/ano Laboratório de Sorologia = (média CQI/mês sorologia + 15% reserva técnica) x 12.

	2023												2024						CONSUMO (18 MESES)	MÉDIA/MÊS	RESERVA TÉCNICA 15% + MÉDIA/MÊS	QUANTITATIVO/ANO A SER ADQUIRIDO	ARREDONDAMENTO	NÚMERO DE ENTREGAS	OBSERVAÇÕES
SOROLOGIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN							

CQIPS	HBsAg	0	325	285	240	125	200	285	308	135	282	72	200	53	140	185	0	40	285	3160	175,56	201,89	2422,67	2.424	4 DE 606	
	Anti-HBc	300	200	100	200	225	200	200	405	100	285	200	248	200	184	240	240	277	200	4004	222,44	255,81	3069,73	3.072	4 DE 768	
	Anti-HCV	280	200	240	285	0	200	200	340	200	100	100	235	290	100	290	200	135	200	3595	199,72	229,68	2756,17	2.760	4 DE 690	
	Chagas	235	200	243	175	200	440	135	391	135	300	140	188	335	226	262	273	140	261	4279	237,72	273,38	3280,57	3.284	4 DE 821	Parâmetro calibrado de 15/15 dias (corridos).
	Sífilis	393	200	240	277	0	400	100	440	200	185	100	240	400	140	100	200	285	200	4100	227,78	261,94	3143,33	3.144	4 DE 786	
	HIV	85	400	100	240	185	200	100	440	100	200	200	265	200	100	240	300	245	100	3700	205,56	236,39	2836,67	2.840	4 DE 710	
	HTLV	85	200	100	240	185	200	200	240	100	200	195	230	200	100	190	295	140	300	3400	188,89	217,22	2606,67	2.608	4 DE 652	
	Anti-HBs	0	0	125	0	0	101	0	24	101	0	0	0	125	0	0	0	0	0	476	26,44	30,41	364,93	366	2 DE 183	Parâmetro Complementar, não de rotina.
	VDRL	0	0	0	67	0	0	0	75	0	0	0	8	0	0	67	0	0	0	217	12,06	13,86	166,37	168	2 DE 84	Parâmetro Complementar, não de rotina.
CQINS		6	200	90	204	200	100	200	500	110	400	100	180	210	200	200	200	10	290	3400	188,89	217,22	2606,67	2.607	3 DE 869	

2.3.5. Para cálculo da quantidade de painel a ser utilizado no Laboratório de Sorologia foi realizada a média de consumo dos últimos 18 meses, utilizando as requisições feitas por cada demandante ao laboratório de controle de qualidade interno da FHB.

2.3.6. Cálculo de painel/ano Laboratório de Sorologia = (média painel/mês sorologia + 15% reserva técnica) x 12.

		2023												2024						CONSUMO (18 MESES)	MÉDIA/MÊS	RESERVA TÉCNICA 15% + MÉDIA/MÊS	QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO POR ANO	ARREDONDAMENTO	NÚMERO DE ENTREGAS
SOROLOGIA		JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN						
Painel	HBsAg	0	2	1	1	0	2	0	4	5	0	0	2	2	0	2	2	0	2	25,00	1,39	1,60	19,17	20	2 DE 10
	Anti-HBc	0	2	0	3	0	2	0	4	5	0	0	2	1	0	1	2	0	2	24,00	1,33	1,53	18,40	20	2 DE 10
	Anti-HCV	0	3	1	1	0	3	0	3	5	0	0	2	1	0	1	3	0	2	25,00	1,39	1,60	19,17	20	2 DE 10
	Chagas	0	1	2	1	0	2	0	4	5	0	0	2	0	0	2	2	0	2	23,00	1,28	1,47	17,63	18	2 DE 9
	Sífilis	0	2	1	1	0	2	0	3	5	0	0	1	2	0	1	1	0	2	21,00	1,17	1,34	16,10	18	2 DE 9
	HIV	0	2	0	3	0	2	0	4	5	0	0	1	2	0	2	0	0	3	24,00	1,33	1,53	18,40	20	2 DE 10
	HTLV	0	2	2	1	0	2	0	4	5	0	0	2	1	0	1	2	0	2	24,00	1,33	1,53	18,40	20	2 DE 10
	Anti-HBs	0	1	0	2	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	9,00	0,50	0,58	6,90	8	2 DE 4

2.3.7. Para cálculo da quantidade de CQI a ser utilizado no Laboratório de Imuno-hematologia considerou-se a manifestação constante no Despacho–FHB-DF/PR/UNITEC/DLAB (176289961), que determinou a manutenção apenas da quantidade destinada ao Laboratório de Imuno-hematologia de Doadores. Conforme manifestação da Gerência de Imuno-hematologia (179520248) são necessários 8 kits para atendimento do consumo do Laboratório de Doador.

3.100 testes/mês são equivalentes a 30 conjuntos, logo 8 conjuntos são 826,66 testes/mês + 15% reserva técnica = 950,66 testes/mês, arredondamento = 949 testes/mês para atender à forma de apresentação de possíveis fornecedores.

Ano: 13 parcelas de 949 = 12.337 testes/ano

2.3.8. Para cálculo da quantidade de CQI a ser utilizado no Laboratório de Controle de Qualidade foi verificado os dias de uso do equipamento e a quantidade de reagente a cada dia de uso do equipamento.

2.3.9. Cálculo total de amostras de CQI/ano para espectrofotometria = (20 dias/mês x 1 mL) x 12 = 240 mL/ano.

2.3.10. Para cálculo da quantidade de CQI a ser utilizado no Laboratório de Citometria de Fluxo foi realizada a média de consumo dos últimos 3 anos.

2.3.11. Cálculo total de amostras de CQI/ano Citometria de Fluxo = média de criopreservação/ano + previsão de bolsas criopreservadas liberadas infusão/ano + CQI total para curvas de proficiência e controles lote/remessa + 15% reserva técnica.

Média dos últimos 3 anos	MÉDIA DE CRIOPRESERVAÇÃO/ANO	PREVISÃO DE BOLSAS CRIOPRESERVADAS LIBERADAS INFUSÃO/ANO	CQI TOTAL PARA CURVAS DE PROFICIÊNCIA E CONTROLES LOTE/REMESSA	15% RESERVA TÉCNICA	RESERVA TÉCNICA 15% + USO/ANO	ARREDONDAMENTO	Observação
Quantidade	64	64	40	25,2	193,2	200	A ser entregue em 8 parcelas de 25.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ‘C’, E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo também encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice 1 deste Termo de Referência.

3.2. Trata-se de insumos para a realização do controle de qualidade interno de rotinas realizadas diariamente nos laboratórios da FHB e qualificação de lote e remessa dos reagentes e conjuntos diagnósticos para inserção na rotina de trabalho.

3.3. Para os reagentes liofilizados a empresa vencedora deverá fornecer a título de bonificação o diluente adequado e em quantidade suficiente para realização dos testes.

3.4. Portanto, a aquisição dos insumos constantes neste Estudo Técnico Preliminar é uma exigência obrigatória pela legislação vigente que visa assegurar a qualidade dos resultados dos exames laboratoriais realizados diariamente nos laboratórios da FHB.

- 3.5. A empresa contratada deverá efetuar a entrega dos insumos em perfeitas condições de uso, de acordo com as especificações deste Estudo, contada a partir da assinatura do contrato, constando as indicações de marca, modelo, fabricante e procedência.
- 3.6. Os insumos deverão ser entregues com identificação de lote, data de fabricação, data de vencimento e bula (quando cabível), com todas as informações técnicas, e serem originais de fábrica.
- 3.7. **Descrição dos Itens:**
- 3.7.1. Item (1): Painele de amostra positiva para HIV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.2. Item (2): Painele de amostra positiva para HCV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.3. Item (3):Painele de amostra positiva para HBsAg para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.4. Item (4): Painele de amostra positiva para HTLV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.5. Item (5): Painele de amostra positiva para Chagas para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.6. Item (6): Painele de amostra positiva para Sífilis para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.7. Item (7): Painele de amostra positiva para anti-HBc para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.8. Item (8): Controle positivo para HIV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.9. Item (9): Controle positivo para HCV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.10. Item (10): Controle positivo para HBsAg para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.11. Item (11): Controle positivo para HTLV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.12. Item (12): Controle positivo para Chagas para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.13. Item (13): Controle positivo para Sífilis para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.14. Item (14): Controle positivo para anti-HBC para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.15. Item (15): Controle positivo para Sífilis para validação diária em métodos de floculação. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O título mínimo deverá ser de 1/16. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.16. Item (16): Controle negativo para HIV, HCV, HBsAg, anti-HBC, HTLV, Chagas, Sífilis e anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser não reagente para todos os parâmetros citados. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.17. Item (17): Painele de amostra positiva para anti-HBs para validação lote a lote/remessa a remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.18. Item (18): Controle positivo para anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado e deverá ser validado em duas metodologias diferentes. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Temperatura de armazenagem: -20°C. Reagente pronto para uso ou liofilizado;
- 3.7.19. Item (19): Kit controle para testes imuno-hematológicos: tipagem ABO/RhD e pesquisa de anticorpos irregulares, para método gel-teste, microplaca e tubo. O reagente de hemácias deverá ter a concentração mínima de 0,8%. Reagente pronto para uso;
- 3.7.20. Item (20): Controle positivo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso;
- 3.7.21. Item (21): Controle negativo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso;
- 3.7.22. Item (22): Solução padrão para uso no espectrofotômetro a fim de avaliar o seu desempenho. Deve permitir a análise da absorbância nos comprimentos de onda na faixa de 340 nm a 600 nm. Reagente pronto para uso.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, "D", DA LEI Nº 14.133/2021)

4.1. Da Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deve ser atendido o seguinte requisito, que se baseia no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1. Para o objeto da aquisição, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981.

4.2. Da Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.2.1. Não serão exigidas marcas ou modelos para os itens deste certame.

4.3. Da Exigência de Amostra (Art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021):

4.3.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.2. Serão exigidas amostras dos itens e quantitativos a seguir, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis, conforme justificativas abaixo, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3.2.1. Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 : 02 (duas) unidades

4.3.2.2. Itens 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16: 200 (duzentos) testes

4.3.2.3. Itens 15, 20 e 21 : 20 (vinte) testes

4.3.2.4. Item 17 : 01 (uma) unidade

4.3.2.5. Item 18 : 30 (trinta) unidades

4.3.2.6. Item 19 : 400 (quatrocentos) testes

4.3.2.7. Item 22: 30 (trinta) mL

4.3.3. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.3.3.1. Atendimento às especificações;

4.3.3.2. Avaliação quanto aos resultados esperados para as amostras;

4.3.3.3. Avaliação do atendimento dos valores de leitura previstos na especificação. Essa avaliação garantirá que o objeto a ser adquirido está de acordo com as exigências e necessidades institucionais evitando contratações inadequadas ou prejuízos futuros.

4.3.4. Justificativas: A solicitação de amostras para aquisição dos reagentes de Controle de Qualidade Interno justifica-se pela necessidade de comprovação prática da compatibilidade e desempenho analítico do insumo nas condições reais de uso dos laboratórios da FHB. Considerando as exigências regulatórias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RDC nº 34/2014) e o impacto direto do CQI na segurança transfusional, a avaliação prévia visa garantir conformidade técnica, rastreabilidade e confiabilidade dos resultados, resguardando o interesse público e a qualidade assistencial.

4.3.5. Cronograma de Etapas das Amostras:

ETAPAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
Prazo para entrega de amostras	Em até 10 (dez) dias úteis	Empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar
Avaliação das amostras	Em até 15 (quinze) dias úteis	FHB
Reenvio de amostras, em caso de necessidade de diligências, atendendo as especificações para cada item.	Em até 10 (dez) dias úteis	Empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar
Avaliação das amostras reenviadas	Em até 15 (quinze) dias úteis	FHB

4.3.6. A equipe técnica de cada laboratório demandante será responsável pela realização dos testes e emissão de parecer técnico conclusivo em conjunto com seu respectivo diretor.

4.3.7. As amostras consideradas reprovadas não poderão ser reapresentadas pelo licitante.

4.3.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.9. As amostras deverão ser entregues no endereço SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF, na Diretoria de Compras, aos cuidados/pedido do pregoeiro, no horário de 09h às 12h ou 14h às 17h, para registro dos prazos pertinentes do parecer técnico e a empresa deverá assumir total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3.10. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.3.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.3.12. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3.13. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.3.14. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.3.15. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos ou digitais em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.4. Da Vedação de Contratação de Marca ou Produto (Art. 41, III, da Lei nº 14.133/2021):

4.4.1. Não haverá vedação de contratação de marca ou produto para os itens deste certame.

4.5. Da Exigência de Carta de Solidariedade (Art. 41, IV, da Lei nº 14.133/2021):

4.5.1. Não haverá exigência de carta de solidariedade para os itens deste certame.

4.6. Da Subcontratação (Art. 122, da Lei nº 14.133/2021):

4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.7. Da Garantia da Contratação (Art's. 96 a 102, da Lei nº 14.133/2021):

4.7.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, no percentual de 1% do valor contratual, pelos motivos a seguir:

4.7.1.1. ressarcimento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.7.1.2. ressarcimento de prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.7.1.3. quitação de multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.

4.7.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7.3. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias corridos após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.7.4. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.7.5. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.7.6. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.7.7. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.7.8. Caso o Contratado opte pela caução em dinheiro, a empresa deverá realizar depósito em favor da Fundação Hemocentro de Brasília, CNPJ 86.743.457/0001-01, no Banco Regional de Brasília (BRB - 070), Agência 200, Conta Poupança 003188-3, Tipo de Conta: Jurídica.

4.7.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.7.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.7.12. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.7.13. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.7.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.7.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.7.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.7.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

- 4.7.18. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.7.19. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.7.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.7.21. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.7.22. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.7.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.7.24. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.7.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.7.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.8. Da Participação de Consórcio (Art. 15, da Lei nº 14.133/2021):

4.8.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que os objetos a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado. Caso admitida, a participação de consórcios poderia causar dano à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

4.9. Da Participação de Sociedade Cooperativa (Art. 16, da Lei nº 14.133/2021):

4.9.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação se atendidos os termos do Art. 16, da Lei nº 14.133/2021.

4.10. Da Execução de Logística Reversa (Art. 71, § 1º, XIV, do Decreto nº 44.330/2023):

4.10.1. A presente contratação não necessitará de exigência de execução de logística reversa por parte da contratada.

4.11. Da Vistoria (Art. 16, da Lei nº 14.133/2021):

4.11.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do objeto, por se tratar de aquisição de insumos, os quais não demandam a realização de vistoria.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ARTS. 6º, XXIII, “E” E 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021)

5.1. Condições de entrega:

5.1.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Grupo 01 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	10 unidades do item 1, 10 unidades do item 2, 10 unidades do item 3, 10 unidades do item 4, 9 unidades do item 5, 9 unidades do item 6, 10 unidades do item 7, 710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14,	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.

	84 testes do item 15.	
2ª	710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14.	Até 120 (cento e vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
3ª	10 unidades do item 1, 10 unidades do item 2, 10 unidades do item 3, 10 unidades do item 4, 9 unidades do item 5, 9 unidades do item 6, 10 unidades do item 7, 710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14, 84 testes do item 15.	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.
4ª	710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14.	Até 300 (trezentos) dias corridos após a assinatura do contrato.

Item 16 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	869 testes do item 16	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	869 testes do item 16	Até 120 (cento e vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
3ª	869 testes do item 16	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

Grupo 02 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	4 unidades do item 17, 183 unidades do item 18	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	4 unidades do item 17, 183 unidades do item 18	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

Item 19 - Insumos para uso no Laboratório de Imuno-hematologia:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	949 testes do item 19	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
3ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
4ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
5ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
6ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
7ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
8ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
9ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
10ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
11ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
12ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
13ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.

Grupo 03 - Insumos para uso no Laboratório de Citometria de Fluxo:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.

2ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
3ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
4ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
5ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
6ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
7ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
8ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.

Item 22 - Insumos para uso no Laboratório de Controle de Qualidade:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	80 mL do item 22	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	80 mL do item 22	Até 120 (cento e vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
3ª	80 mL do item 22	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

5.1.2. A entrega antecipada dos materiais não deverá exceder o prazo máximo de 07 (sete) dias úteis em relação à data prevista para a entrega, ou seja, os materiais somente poderão ser entregues com antecedência máxima de até 07 (sete) dias úteis da data originalmente estabelecida.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, ou seja, haja uma expectativa de atraso na data originalmente prevista para entrega dos materiais, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.4. A entrega dos materiais deverá ser realizada conforme o cronograma previsto neste Termo de Referência no seguinte endereço: Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, Fundação Hemocentro de Brasília, na Gerência de Material de Consumo, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h.

5.1.5. Deverá ser observada a validade mínima solicitada para cada insumo no ato da entrega, conforme disposto na descrição detalhada constante do subitem 1.1.1 deste Termo de Referência.

5.1.6. Comprovada impossibilidade de atendimento ao previsto no subitem anterior, ficará a cargo da FHB avaliar a pertinência, conveniência e oportunidade para a Administração Pública a concordância no aceite de itens com validade inferior ao exigido.

5.2. **Garantia, manutenção e assistência técnica:**

5.2.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (ART. 6º, XXIII, “F”, DA LEI Nº 14.133/2021)**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Fiscalização do Contrato.

6.7. Da Fiscalização do Contrato:

6.7.1. A execução do contrato/objeto celebrado deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato/objeto celebrado ou pelos respectivos substitutos. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*)

6.7.2. O fiscal do contrato/objeto celebrado anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/objeto celebrado, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º)

6.7.3. O fiscal do contrato/objeto celebrado informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º)

6.7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto celebrado/do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato/objeto celebrado, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato/objeto celebrado. (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*)

6.7.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o o contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º)

6.7.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.8. Da Gestão do Contrato:

6.8.1. Caberá ao gestor do contrato, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

6.8.1.1. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização do contrato;

6.8.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.8.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.8.1.4. coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.8.1.5. coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

6.8.1.6. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

6.8.1.7. coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais do contrato;

6.8.1.8. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

6.8.1.9. realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 27, do Decreto nº 44.330/2023, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

6.8.1.10. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

6.9. Das Obrigações da Contratante:

6.9.1. São obrigações da contratante:

6.9.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.9.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.9.1.3. comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.9.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;

6.9.1.5. efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.9.1.6. publicar as súmulas dos contratos celebrados com particulares, conforme Lei 5.575/2015;

6.9.1.7. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.9.1.8. aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais após prévio procedimento administrativo, garantido previamente o direito à ampla defesa;

6.9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.10. Das Obrigações da Contratada:

6.10.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus apêndices, acompanhado da respectiva nota fiscal;

6.10.1.2. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou avarias;

6.10.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao DF ou à entidade distrital, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.10.1.4. comunicar à contratante, no prazo máximo de 10 dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.10.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.10.1.6. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc;

6.10.1.7. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.10.1.8. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

6.10.1.9. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.10.1.10. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;

6.10.1.11. o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

6.10.1.12. os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

6.10.1.13. durante a execução do contrato fica vedado o uso de conteúdo discriminatório: contra a mulher, que incentive a violência ou que exponha a mulher a constrangimento, homofóbico ou qualquer outro que represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos do que dispõe a Lei 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital 38.365/2017;

6.11. Das Sanções Administrativas:

6.11.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá aplicar à contratada as sanções previstas nos Artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

6.11.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato ou instrumento equivalente realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/adjudicatário.

6.11.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G”, DA LEI Nº 14.133/2021)

7.1. Do Recebimento:

- 7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.1.3. Caso após o recebimento provisório constatar-se que os materiais possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.
- 7.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 13 (treze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.1.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.1.7. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. (Art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021)
- 7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 7.1.9. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.
- 7.2. **Da Liquidação:**
- 7.2.1. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. (Art. 146, da Lei nº 14.133/2021)
- 7.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base os comprovantes de entrega do material ou da prestação efetiva do serviço materialmente comprovada por meio do atesto. (Art. 63, da Lei nº 4.320/1964)
- 7.2.3. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá ser emitida em nome da Fundação Hemocentro de Brasília, CNPJ: 86.743.457/0001-01 e conter:
- 7.2.3.1. nome da empresa e CNPJ;
- 7.2.3.2. destinatário: Fundação Hemocentro de Brasília e demais dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.2.3.3. número da Nota Fiscal ou documento equivalente;
- 7.2.3.4. o prazo de validade do material (quando couber);
- 7.2.3.5. a data da emissão;
- 7.2.3.6. o valor a pagar; e
- 7.2.3.7. destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.6. As Notas Fiscais apresentadas para fins de pagamento devem ser emitidas pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial. (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário)
- 7.2.7. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial, serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).
- 7.2.8. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição.
- 7.2.9. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou documento equivalente quando o órgão contratante atestar a conformidade do objeto do contrato.
- 7.2.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, após o pagamento da nota fiscal, e comunicado ao gestor do contrato em caso de ausência de resposta pela contratada. (Art. 63, § 1º, do Decreto nº 32.598/2010 e Parecer 306/2016 da PGDF)
- 7.2.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.2.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.2.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.3. **Do Prazo de Pagamento:**

- 7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento da Nota Fiscal.
- 7.4. **Da Forma de Pagamento:**
- 7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.4.6. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. (Decreto Distrital nº 32.767/2011)
- 7.4.7. Excluem-se das disposições do item acima os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal; os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos; os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 7.4.8. Na emissão de Ordem Bancária - OB, quando o fornecedor ou contratado estiver em situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, a Justiça Trabalhista ou Fazenda Pública do Distrito Federal, a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira deve noticiar a situação ao fiscal do contrato para as providências legais, após a realização do pagamento.
- 7.4.9. É vedado o pagamento, a qualquer título à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 7.4.10. Para efeito de pagamento deverão ser verificados os documentos abaixo relacionados:
- 7.4.10.1. prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 7.4.10.2. certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;
- 7.4.10.3. certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;
- 7.4.10.4. prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br;
- 7.4.11. Para as comprovações elencadas no item acima, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.
- 7.4.12. Os documentos elencados acima poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF.
- 7.5. **Do Reajuste:**
- 7.5.1. Observado o interregno mínimo de um ano, a partir da data do orçamento estimado, o contrato celebrado poderá ter seus valores reajustados, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. (Art. 2º, Decreto nº 37.121/2016)
- 7.5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.5.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6. **Da Antecipação do Pagamento:**
- 7.6.1. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento dos bens.
8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, "H", DA LEI Nº 14.133/2021)**
- 8.1. **Da Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta:**
- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo/item.
- 8.2. **Da Forma de Fornecimento:**
- 8.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.
- 8.3. **Das Exigências de Habilitação e Qualificação:**
- 8.3.1. As exigências de habilitação jurídica e fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.
- 8.3.2. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.
- 8.3.3. Não será exigida documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.

8.4. **Requisitos quando da celebração do contrato:**

8.4.1. Conforme a Lei nº 9.782/99, a Lei nº 6.437/1977, e suas atualizações e, em atendimento as Decisões nos 219/2016, 2731/2015 e 3401/2015 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, as empresas vencedoras deverão apresentar os documentos, nos seguintes termos:

8.4.1.1. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014, correspondente ao tipo de produto ofertado. No caso de medicamento ou substância sujeita a controle especial, deverá ser apresentada Autorização Especial (AE).

8.4.1.2. Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária), Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente), conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974.

8.4.1.3. Certificado de Registro do Produto, em plena validade, podendo ser cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União (identificando o item em questão) ou impresso por meio eletrônico do site da ANVISA atualizado, conforme Lei nº 6.360/76.

9. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, "I", DA LEI Nº 14.133/2021)**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 487.044,45 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), conforme custos aferidos pela pesquisa de estimativa de preços, constante nos autos do processo licitatório.

Grupo 01 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Painel de amostra positiva para HIV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415141	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
2	Painel de amostra positiva para HCV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415140	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
3	Painel de amostra positiva para HBsAg para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415139	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
4	Painel de amostra positiva para HTLV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415136	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
5	Painel de amostra positiva para Chagas para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415134	Unidade	18	R\$ 1.650,70	R\$ 29.712,60
6	Painel de amostra positiva para Sífilis para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415137	Unidade	18	R\$ 1.650,70	R\$ 29.712,60
7	Painel de amostra positiva para anti-HBc para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415138	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
8	Controle positivo para HIV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415141	Teste	2840	R\$ 4,08	R\$ 11.587,20
9	Controle positivo para HCV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415140	Teste	2760	R\$ 4,66	R\$ 12.861,60
10	Controle positivo para HBsAg para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415139	Teste	2424	R\$ 4,11	R\$ 9.962,64

11	Controle positivo para HTLV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415136	Teste	2608	R\$ 4,08	R\$ 10.640,64
12	Controle positivo para Chagas para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415134	Teste	3284	R\$ 0,98	R\$ 3.218,32
13	Controle positivo para Sífilis para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415137	Teste	3144	R\$ 4,04	R\$ 12.701,76
14	Controle positivo para anti-HBC para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415138	Teste	3072	R\$ 4,08	R\$ 12.533,76
15	Controle positivo para Sífilis para validação diária em métodos de floculação. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O título mínimo deverá ser de 1/16. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	358549	Teste	168	R\$ 45,30	R\$ 7.610,40
Total Grupo 01:		R\$ 305.611,52				

Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
16	Controle negativo para HIV, HCV, HBsAg, anti-HBC, HTLV, Chagas, Sífilis e anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser não reagente para todos os parâmetros citados. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Teste	2607	R\$ 31,96	R\$ 83.319,72
Total item 16:		R\$ 83.319,72				

Grupo 02 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
17	Painel de amostra positiva para anti-HBs para validação lote a lote/remessa a remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Unidade	8	R\$ 58,42	R\$ 467,36
18	Controle positivo para anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado e deverá ser validado em duas metodologias diferentes. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Temperatura de armazenagem: -20°C. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Unidade	366	R\$ 60,32	R\$ 22.077,12
Total Grupo 02:		R\$ 22.544,48				

Insumos para uso no Laboratório de Imuno-hematologia:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
19	Kit controle para testes imuno-hematológicos: tipagem ABO/RhD e pesquisa de anticorpos irregulares, para método gel-teste, microplaca e tubo. O reagente de hemácias deverá ter a concentração mínima de 0,8%. Reagente pronto para uso. Validade mínima 30 dias na data de entrega na FHB.	362078	Teste	12.337	R\$ 4,89	R\$ 60.327,93
Total item 19:		R\$ 60.327,93				

Grupo 03 - Insumos para uso no Laboratório de Citometria de Fluxo:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
20	Controle positivo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso. Validade mínima 60 dias na data de entrega na FHB.	484554	Teste	200	R\$ 29,21	R\$ 5.842,00
21	Controle negativo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso. Validade mínima 60 dias na data de entrega na FHB.	368250	Teste	200	R\$ 29,21	R\$ 5.842,00
Total Grupo 03:		R\$ 11.684,00				

Insumos para uso no Laboratório de Controle de Qualidade:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
22	Solução padrão para uso no espectrofotômetro a fim de avaliar o seu desempenho. Deve permitir a análise da absorbância nos comprimentos de onda na faixa de 340 nm a 600 nm. Reagente pronto para uso. Validade mínima 4 meses na data de entrega na FHB.	456236	mL	240	R\$ 14,82	R\$ 3.556,80
Total item 22:		R\$ 3.556,80				
Valor Global (grupos 01, 02 e 03, e itens 16, 19, 22)		R\$ 487.044,45				

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, INCISO XXIII, "J", DA LEI Nº 14.133/2021)
- 10.1. Previsão no PCA e na LOA, com a indicação do Programa de Trabalho, Fonte de Recursos e Elemento de Despesas:
- 10.1.1. Do Orçamento:
- 10.1.1.1. Os recursos destinados ao atendimento da contratação estão previstos no orçamento do Distrito Federal para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
- 10.1.1.2. Fonte de Recursos: **138 (Recursos do SUS)**

- 10.1.1.3. Programa de Trabalho: **10.303.6202.2811.0002 – CICLO DO DOADOR, PROCESSAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DO SANGUE**
- 10.1.1.4. Natureza da Despesa: **33.90.30 - Material de Consumo**
- 10.1.2. Do Plano de Contratações Anual:
- 10.1.2.1. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual da Fundação Hemocentro de Brasília (PCA 2026), o que pode ser consultado no [Portal de Compras do Governo do Distrito Federal](#).

11. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- 11.1. A aquisição obedecerá ao disposto:
 - 11.1.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
 - 11.1.2. Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
 - 11.1.3. Parecer Referencial SEI-GDF n.º 59/2024 - PGDF/PGCONS - Aquisição de bens comuns, mediante a adoção da modalidade pregão eletrônico.
 - 11.1.4. Demais normativos constantes no Instrumento Convocatório.

12. **EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Ana Clara Pereira Cordeiro
matrícula 1401845-4
Unitec/DPROCE/GLABE
Membro da Equipe de Planejamento

Alex Renner Alves Pinto
matrícula 1707593-9
Unitec/DLAB/GSN
Membro da Equipe de Planejamento

Luciana Vieira Araújo Peres
matrícula 1401856-X
Unitec/DCQ
Membro da Equipe de Planejamento

Liz Maria Batista Teles
matrícula 1401941-8
Unitec/DCQ
Membro da Equipe de Planejamento

Laíza Magalhães de Araújo
matrícula 1681992-6
Unitec/DCQ/GEAMT
Membro da Equipe de Planejamento

Marcela Moreira Coelho
matrícula 1401924-8
Unitec/DCQ
Membro da Equipe de Planejamento

13. **REVISORES**

De acordo,

Marcela Moreira Coelho
Diretora
DCQ/Unitec/PR/FHB

Renata Maria Alencar Moreira
Diretora
DLAB/Unitec/PR/FHB

Pedro Henrique de Jesus Diogo
Diretor
DPROCE/Unitec/PR/FHB

14. **APROVAÇÃO**

Nos termos da Instrução Normativa Nº 183, de 31 de maio de 2023, publicada na página 6, do DODF Nº 103, de 1 de junho de 2023, **APROVO** este Termo de Referência, considerando a necessidade de assegurar a continuidade das atividades-fim em diferentes laboratórios da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), fundamentais ao ciclo do sangue e ao atendimento das demandas da hemorrede pública do Distrito Federal. Os insumos ora pleiteados são essenciais não apenas para garantir o atendimento das normas regulatórias e de acreditação, mas também para promover maior eficiência operacional e aprimorar a qualidade técnica dos exames laboratoriais realizados. Dessa forma é possível assegurar precisão, confiabilidade e consistência nos resultados, com efeito direto na qualidade e segurança do processo transfusional.

MARCELO JORGE CARNEIRO DE FREITAS

Chefe da Unidade Técnica
Fundação Hemocentro de Brasília

15. **APÊNDICES**
APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

COMPRAS: MATERIAIS DE CONSUMO
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

...

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

CAPÍTULO II

DA FASE PREPARATÓRIA

Seção I

Da Instrução do Processo Licitatório

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

...

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

1.1. O fornecimento de insumos de Controle de Qualidade Interno (CQI) para os laboratórios da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) faz-se necessário para o cumprimento da legislação vigente e visa garantir a segurança e a qualidade dos resultados dos exames laboratoriais diariamente, e consequentemente, ampliar a segurança transfusional:

RDC nº 34, de 11 de junho de 2014 - ANVISA:

Art. 1º O serviço de hemoterapia que execute testes laboratoriais deve realizar Controle de Qualidade Interno (CQI), utilizando amostras de controles adicionais aos fornecidos pelo fabricante do reagente em uso e de acordo com um plano de procedimentos previamente elaborado e validado, contendo as especificações dos critérios de aceitação.

§ 1º As amostras controle devem ser monitoradas diariamente de acordo com o definido pelo Ministério da Saúde.

§ 2º Caso os controles sejam produzidos pelo próprio serviço de hemoterapia, estes devem ser caracterizados e validados previamente, mantendo-se os registros.

§ 3º Os resultados do CQI devem ser analisados criticamente e, quando estiverem fora dos critérios predefinidos, devem ser adotadas ações corretivo-preventivas para evitar resultados incorretos, mantendo-se os registros dos resultados, das não conformidades e das medidas adotadas.

§ 4º O supervisor técnico ou pessoa por ele designada deve monitorar os resultados do CQI.

Art. 2º O laboratório que realiza testes pré-transfusionais deve seguir os mesmos critérios para o controle de qualidade dos reagentes e dos testes laboratoriais (CQI, AEQ e controle de qualidade dos lotes) aplicados aos laboratórios de triagem do doador.

Portaria de Consolidação nº 05/2017 - MS:

Art. 3º O serviço de hemoterapia estabelecerá um programa laboratorial de controle de qualidade interno e participará de programa laboratorial de controle de qualidade externo (proficiência), para assegurar que as normas e os procedimentos sejam apropriadamente executados e que os equipamentos, materiais e reagentes funcionem corretamente. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 22)

Art. 4º Será realizado, ainda, o controle de qualidade das técnicas empregadas, utilizando-se sistematicamente e durante o procedimento técnico, controles negativos e positivos para confirmar os resultados obtidos. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 128)

Art. 5º O serviço de hemoterapia que realiza exames para detecção de infecções transmissíveis pelo sangue para qualificação no sangue do doador, participará regularmente de, pelo menos, um programa de controle de qualidade externo (proficiência), realizará controle de qualidade interno e disporá de sistema de garantia da qualidade na realização dos testes. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 133)

Parágrafo único. O controle de qualidade interno e o sistema de garantia da qualidade compreendem os seguintes itens: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 133, Parágrafo Único)

I - validação de cada lote/remessa de conjunto diagnóstico antes da sua colocação na rotina de trabalho; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 133, Parágrafo Único, I)

II - validação das baterias de testes utilizando controles positivos diferentes dos fornecidos pelo fabricante; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 133, Parágrafo Único, II)

III - análise periódica dos coeficientes de variação (CV) dos testes de detecção de infecções transmissíveis por transfusão de sangue; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 133, Parágrafo Único, III)

IV - qualificação de novos produtos e/ou metodologias por meio da testagem e validação destes em seu serviço de hemoterapia antes da implantação na rotina; e (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 133, Parágrafo Único, IV)

V - rastreabilidade dos dados. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 133, Parágrafo Único, V)

Controle de Qualidade de Reagentes de Sorologia: Art. 3º O Controle de Qualidade Interno (CQI) será realizado com a finalidade de evidenciar a perda da sensibilidade dos ensaios, identificar variações lote a lote e remessa a remessa e detectar erros aleatórios ou sistemáticos. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Anexo 8, Art. 3º)

RDC nº 978, de 6 junho de 2025 - ANVISA:

Art. 6º Para efeitos desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - Controle Interno da Qualidade - CIQ: procedimento conduzido em associação com o exame de material biológico para avaliar a precisão do sistema analítico e se este está operando dentro dos limites de tolerância pré-definidos;

II - Exame de Análises Clínicas (EAC): processo operacional, composto pelas fases pré-analítica, analítica e pós-analítica dos Serviços que executam as atividades relacionadas aos EAC, cujo objetivo é determinar o valor ou as características de uma amostra biológica. Também conhecidos como ensaios ou testes de análises clínicas;

Art. 7º 178. A participação em programas de CIQ deve ser individual para cada Serviço que executa EAC.

Art. 8º 179. O Serviço que executa EAC deve realizar o CIQ em todos os equipamentos em uso.

Art. 9º O Serviço que executa EAC deve realizar o CIQ para todos os analitos executados, contemplando:

I - monitoramento da fase analítica pela análise da amostra controle, com registro do resultado obtido e análise dos dados;

II - definição dos critérios de aceitação e rejeição dos resultados por tipo de analito e de acordo com a metodologia utilizada;

III - liberação ou rejeição das análises após avaliação dos resultados das amostras controle;

IV - registro das inadequações, investigação de causas e ações tomadas para os resultados rejeitados de amostras controle; e

V - critério de avaliação dos resultados das amostras controle.

Art. 10. Para o CIQ, o Serviço que executa EAC deve utilizar amostras controle comerciais, ou amostras controle fornecidas por Provedores de Controles da Qualidade regularizadas junto à Anvisa.

Art. 11. Quando não disponível, controle comercial ou amostras controle fornecidas por Provedor de Controles da Qualidade, o Serviço que executa EAC deve adotar formas alternativas de avaliação da precisão do sistema analítico descritas em literatura científica.

Parágrafo único. A amostra controle deve ser analisada da mesma forma que a amostra do paciente.

1.2. Além da obrigatoriedade do uso diário de controles de qualidade internos, a legislação atual determina que seja realizado o controle de qualidade de cada lote e remessa dos reagentes e conjuntos diagnósticos antes da sua colocação na rotina de trabalho. Para isso, é preciso utilizar amostras de referência, chamadas de "Painéis", que apresentam resultados sabidamente positivos e negativos para os parâmetros a serem avaliados.

RDC nº 34/2014 - ANVISA:

Art. 12. O serviço de hemoterapia deve realizar controles de qualidade de cada lote e remessa dos reagentes e conjuntos diagnósticos antes da sua utilização na rotina de trabalho, de acordo com o preconizado pelo Ministério da Saúde e as boas práticas vigentes, mantendo os registros dos procedimentos executados, dos resultados, das não conformidades e das ações corretivo-preventivas.

Portaria de Consolidação nº 05/2017 - MS:

Art. 13. Será realizado o controle de qualidade de reagentes em imuno-hematologia. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 127)

§ 1º Os reagentes devem ser armazenados de acordo com as instruções do fabricante, devendo ser evitada, ao máximo, a permanência do reagente fora das temperaturas indicadas para seu armazenamento. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 127, § 1º)

§ 2º O serviço de hemoterapia realizará controles de qualidade em cada lote e remessa recebidos para comprovar que os reagentes estão dentro dos padrões estabelecidos e que não foram alterados durante o transporte. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Art. 127, § 2º)

Controle de Qualidade de Reagentes de Sorologia (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Anexo 8)

Art. 14. O serviço de hemoterapia adotará ferramentas de boas práticas para a avaliação, manipulação e monitoração que garantam a qualidade dos serviços prestados. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Anexo 8, Art. 1º)

Parágrafo único. O controle do processo da triagem sorológica compreenderá: (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Anexo 8, Art. 1º, Parágrafo Único)

I - a qualificação inicial; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Anexo 8, Art. 1º, Parágrafo Único, I)

II - a qualificação dos lotes/remessa de reagentes; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Anexo 8, Art. 1º, Parágrafo Único, II)

III - o monitoramento diário; (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Anexo 8, Art. 1º, Parágrafo Único, III)

Art. 15. Os kits de conjuntos diagnósticos serão aprovados antes da aquisição ou do início de utilização. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Anexo 8, Art. 2º)

Parágrafo único. No controle de lotes e remessas serão utilizadas amostras com resultados conhecidos e caracterizados laboratorialmente ou painéis comerciais. (Origem: PRT MS/GM 158/2016, Anexo 8, Art. 2º, § 8º)

1.3. Portanto, de acordo com o exposto acima, as amostras de CQI e painéis podem ser produzidos pelo próprio serviço de hemoterapia, desde que sejam previamente caracterizados e validados, ou ainda podem ser adquiridos de um fornecedor.

1.4. Assim sendo, caso essa solicitação para aquisição não seja atendida, a fim de não incorrer em infração sanitária e descumprimento das normas vigentes, a FHB precisará produzir CQI e painéis imediatamente, necessitando de reposição da sua equipe técnica, aquisição de equipamentos para armazenamento dessa produção e readaptação do espaço físico. Além disso, é imperioso destacar o aumento dos riscos biológicos a que os servidores estarão expostos considerando a manipulação de hemocomponentes sabidamente contaminados para a produção artesanal das amostras de CQI e painéis.

1.5. Atualmente o fornecimento de insumos e serviços de CQI para os laboratórios da FHB e para as agências transfusionais da hemorede pública do DF está contemplado no **CONTRATO Nº 026/2020 – NCC/CODAG/FHB (43998864)**, cuja vigência excepcional expira em 27/07/2026.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (ART. 18, § 1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. Do Orçamento:

2.1.1. Os recursos destinados ao atendimento da contratação estão previstos no orçamento do Distrito Federal para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

2.1.1.1. Fonte de Recursos: 138

2.1.1.2. Programa de Trabalho: 10.303.6202.2811.0002

2.1.1.3. Elemento de Despesa: **33.90.30 - Material de Consumo**

2.2. Do Plano de Contratações Anual:

2.2.1. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual da Fundação Hemocentro de Brasília (PCA 2026), o que pode ser consultado no [Portal de Compras do Governo do Distrito Federal](#).

2.3. Do alinhamento da demanda ao Plano Diretor de Sangue, Mapa Estratégico ou outro instrumento de planejamento da FHB:

2.3.1. A pretensa aquisição visa contribuir com a missão institucional que é fornecer hemocomponentes com qualidade para promover a segurança transfusional, oferecer suporte laboratorial aos transplantes, coordenar a política distrital de atenção às hemoglobinopatias e prestar assistência às pessoas com coagulopatias hereditárias, conforme exposto no mapa estratégico FHB 2024 - 2027. Além disso, é peça fundamental para o alcance de objetivos estratégicos e de desenvolvimento da FHB, relacionados ao macroprocesso de produção hemoterápica.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, III, DA LEI Nº 14.133/2021)

3.1. Todos os insumos a serem adquiridos deverão obrigatoriamente apresentar registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde ANVISA/MS.

3.2. O critério de julgamento das propostas a serem apresentadas pelos interessados será o de menor preço por grupo/item.

3.3. A divisão em grupos e em itens foi feita de modo a possibilitar a participação de mais de um fornecedor no certame. A formação dos grupos, de acordo com os itens que os compõem, é necessária considerando que, cada grupo foi destinado ao CQI ou painel de um laboratório e/ou categoria de exame específico (metodologia). Os grupos 01 e 02 destinam-se aos exames do Laboratório de Sorologia, e o grupo 03 ao Laboratório de Citometria de Fluxo.

3.4. Para os reagentes liofilizados, a cada entrega realizada, a empresa vencedora deverá fornecer a título de bonificação o diluente adequado e em quantidade suficiente para realização dos testes.

3.5. Os reagentes deverão ser fornecidos com bula em língua portuguesa e em condições adequadas para sua manipulação, incluindo embalagens e temperaturas apropriadas.

3.6. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

3.7. Da Qualificação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional (Art. 67, da Lei nº 14.133/2021):

3.7.1. Não serão exigidos critérios de qualificação técnico-profissional e/ou técnico-operacional.

3.8. Requisitos quando da celebração do contrato:

3.8.1. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014, correspondente ao tipo de produto ofertado.

3.8.2. Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital (vigente), conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974.

3.9. Da Sustentabilidade (Art. 60, II, Decreto nº 44.330/23):

3.9.1. A contratada deverá atender, durante a execução do contrato, aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

3.10. Da Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

3.10.1. Não serão exigidas marcas ou modelos para os itens deste certame.

3.11. Da Exigência de Amostra (Art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021):

- 3.11.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.
- 3.11.2. Serão exigidas amostras de todos os itens, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 3.11.3. A empresa classificada em primeiro lugar na licitação deverá apresentar amostras de cada item para avaliação da conformidade com o especificado neste Estudo Técnico e emissão do Parecer Técnico que se dará no prazo de até 15 (quinze) dias úteis. O quantitativo a ser enviado para análise e emissão de parecer deverá ser o seguinte:
- 3.11.3.1. Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 : 02 (duas) unidades
- 3.11.3.2. Itens 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16: 200 (duzentos) testes
- 3.11.3.3. Itens 15, 20 e 21 : 20 (vinte) testes
- 3.11.3.4. Item 17 : 01 (uma) unidade
- 3.11.3.5. Item 18 : 30 (trinta) unidades
- 3.11.3.6. Item 19 : 400 (quatrocentos) testes
- 3.11.3.7. Item 22: 30 (trinta) mL
- 3.11.4. Serão utilizados os seguintes critérios para emissão de parecer: Atendimento às especificações; Avaliação quanto aos resultados esperados para as amostras; Avaliação do atendimento dos valores de leitura previstos na especificação.
- 3.11.5. Justificativas: A solicitação de amostras para aquisição dos reagentes de Controle de Qualidade Interno justifica-se pela necessidade de comprovação prática da compatibilidade e desempenho analítico do insumo nas condições reais de uso dos laboratórios da FHB. Considerando as exigências regulatórias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (RDC nº 34/2014) e o impacto direto do CQI na segurança transfusional, a avaliação prévia visa garantir conformidade técnica, rastreabilidade e confiabilidade dos resultados, resguardando o interesse público e a qualidade assistencial.
- 3.11.6. Cronograma de Etapas das Amostras:

ETAPAS	PRAZO	RESPONSÁVEL
Prazo para entrega de amostras	Em até 10 (dez) dias úteis	Empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar
Avaliação das amostras	Em até 15 (quinze) dias úteis	FHB
Reenvio de amostras, em caso de necessidade de diligências, atendendo as especificações para cada item.	Em até 10 (dez) dias úteis	Empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar
Avaliação das amostras reenviadas	Em até 15 (quinze) dias úteis	FHB

- 3.11.7. A equipe técnica de cada laboratório demandante será responsável pela realização dos testes e emissão de parecer técnico conclusivo em conjunto com seu respectivo diretor.
- 3.12. **Da Vedação de Contratação de Marca ou Produto** (Art. 41, III, da Lei nº 14.133/2021):
- 3.12.1. Não haverá vedação de contratação de marca ou produto para os itens deste certame.
- 3.13. **Da Exigência de Carta de Solidariedade** (Art. 41, IV, da Lei nº 14.133/2021):
- 3.13.1. Não haverá exigência de carta de solidariedade para os itens deste certame.
- 3.14. **Da Subcontratação** (Art. 122, da Lei nº 14.133/2021):
- 3.14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, por se tratar de aquisição de insumos prontos para uso, comumente adquiridos do próprio fabricante.
- 3.15. **Da Garantia da Contratação** (Art's. 96 a 102, da Lei nº 14.133/2021):
- 3.15.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, no percentual de 1% do valor contratual, pelos motivos a seguir:
- 3.15.1.1. ressarcimento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 3.15.1.2. ressarcimento de prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

- 3.15.1.3. quitação de multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.
- 3.16. **Da Participação de Consórcio** (Art. 15, da Lei nº 14.133/2021):
- 3.16.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é comercializado por diversas empresas no mercado. Caso admitida, a participação de consórcios poderia causar dano à Administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.
- 3.17. **Da Participação de Sociedade Cooperativa** (Art. 16, da Lei nº 14.133/2021):
- 3.17.1. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação se atendidos os termos do Art. 16, da Lei nº 14.133/2021.
- 3.18. **Da Execução de Logística Reversa** (Art. 71, § 1º, XIV, do Decreto nº 44.330/2023):
- 3.18.1. A presente contratação não necessitará de exigência de execução de logística reversa por parte da contratada.
- 3.19. **Da Vistoria** (Art. 16, da Lei nº 14.133/2021):
- 3.19.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução do objeto, por se tratar de aquisição de insumos, os quais não demandam a realização de vistoria.

4. **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A AQUISIÇÃO (ART. 18, § 1º, IV, DA LEI Nº 14.133/2021)**

- 4.1. Para todos os itens foi incluída uma reserva técnica de 15% na média histórica calculada. Tal previsibilidade faz-se necessária devido ao possível incremento no número de doações, uma vez que a FHB tem como meta institucional em seu planejamento estratégico 2024-2027 aumentar a taxa de doações de sangue de 1,6% para 1,8% da população.
- 4.2. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado, tendo em vista que atende a uma necessidade institucional permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos relacionados às contratações anuais, a redução de riscos operacionais, a economia de escala e a garantia de fornecimento do objeto.
- 4.3. Para cálculo da quantidade de CQI a ser utilizado no Laboratório de Sorologia foi realizada a média de consumo dos últimos 18 meses, utilizando as requisições feitas pelo demandante ao laboratório de controle de qualidade interno da FHB.
- 4.4. Nos cálculos de estimativa da quantidade a ser adquirida foi realizado o arredondamento do quantitativo total para que as entregas sejam feitas em parcelas iguais e inteiras, prezando pela competitividade das empresas no certame.
- 4.4.1. Cálculo de amostras de CQI/ano Laboratório de Sorologia = (média CQI/mês sorologia + 15% reserva técnica) x 12.

		2023												2024						CONSUMO (18 MESES)	MÉDIA/MÊS	RESERVA TÉCNICA 15% + MÉDIA/MÊS	C
SOROLOGIA		JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN				
CQIPS	HBsAg	0	325	285	240	125	200	285	308	135	282	72	200	53	140	185	0	40	285	3160	175,56	201,89	2
	Anti-HBc	300	200	100	200	225	200	200	405	100	285	200	248	200	184	240	240	277	200	4004	222,44	255,81	3
	Anti-HCV	280	200	240	285	0	200	200	340	200	100	100	235	290	100	290	200	135	200	3595	199,72	229,68	2
	Chagas	235	200	243	175	200	440	135	391	135	300	140	188	335	226	262	273	140	261	4279	237,72	273,38	3
	Sífilis	393	200	240	277	0	400	100	440	200	185	100	240	400	140	100	200	285	200	4100	227,78	261,94	3
	HIV	85	400	100	240	185	200	100	440	100	200	200	265	200	100	240	300	245	100	3700	205,56	236,39	2
	HTLV	85	200	100	240	185	200	200	240	100	200	195	230	200	100	190	295	140	300	3400	188,89	217,22	2
	Anti-HBs	0	0	125	0	0	101	0	24	101	0	0	0	125	0	0	0	0	0	476	26,44	30,41	3
	VDRL	0	0	0	67	0	0	0	75	0	0	0	8	0	0	67	0	0	0	217	12,06	13,86	1

CQINS	6	200	90	204	200	100	200	500	110	400	100	180	210	200	200	200	10	290	3400	188,89	217,22	2	

4.5. Para cálculo da quantidade de painel a ser utilizado no Laboratório de Sorologia foi realizada a média de consumo dos últimos 18 meses, utilizando as requisições feitas por cada demandante ao laboratório de controle de qualidade interno da FHB.

4.5.1. Cálculo de painel/ano Laboratório de Sorologia = (média painel/mês sorologia + 15% reserva técnica) x 12.

		2023												2024						CONSUMO (18 MESES)	MÉDIA/MÊS	RESERVA TÉCNICA 15% + MÉDIA/MÊS	QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO POR ANO	ARREDONDAMENTO	NÚMERO DE ENTREGAS
SOROLOGIA		JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN						
Painel	HBsAg	0	2	1	1	0	2	0	4	5	0	0	2	2	0	2	2	0	2	25,00	1,39	1,60	19,17	20	2 DE 10
	Anti-HBc	0	2	0	3	0	2	0	4	5	0	0	2	1	0	1	2	0	2	24,00	1,33	1,53	18,40	20	2 DE 10
	Anti-HCV	0	3	1	1	0	3	0	3	5	0	0	2	1	0	1	3	0	2	25,00	1,39	1,60	19,17	20	2 DE 10
	Chagas	0	1	2	1	0	2	0	4	5	0	0	2	0	0	2	2	0	2	23,00	1,28	1,47	17,63	18	2 DE 9
	Sífilis	0	2	1	1	0	2	0	3	5	0	0	1	2	0	1	1	0	2	21,00	1,17	1,34	16,10	18	2 DE 9
	HIV	0	2	0	3	0	2	0	4	5	0	0	1	2	0	2	0	0	3	24,00	1,33	1,53	18,40	20	2 DE 10
	HTLV	0	2	2	1	0	2	0	4	5	0	0	2	1	0	1	2	0	2	24,00	1,33	1,53	18,40	20	2 DE 10
	Anti-HBs	0	1	0	2	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	9,00	0,50	0,58	6,90	8	2 DE 4

4.6. Para cálculo da quantidade de CQI a ser utilizado no Laboratório de Imuno-hematologia foi solicitada a manifestação formal da responsável pelo Laboratório de Imuno-hematologia (160395288) e (160395654). Essas informações foram confrontadas com o consumo do atual contrato, a saber:

Contrato atual (Hemorrede e Imuno/FHB): 40.300 testes/ano = 13 parcelas de 3.100 testes.
3.100 testes/mês são equivalentes a 30 conjuntos, dos quais 17 são enviados para imuno. Logo a imuno realiza 1.756,66 testes/mês

4.6.1. Informações repassadas - base de cálculo: Cálculo da quantidade de CQI/ano por rotina (Doador e Paciente) = 576 + 1152 = 1.728 testes + 15% reserva técnica = 1.987,2 testes/mês, arredondamento = 1.989 testes/mês para atender à forma de apresentação de possíveis fornecedores.

4.6.2. Em 16/07/2025 foi solicitado ajuste no quantitativo a ser adquirido, Despacho – FHB-DF/PR/UNITEC/DLAB (176289961) devendo permanecer somente a quantidade utilizada pelo Laboratório de Imuno-hematologia de Doadores. Conforme manifestação da Gerência de Imuno-hematologia (179520248) são necessários 8 kits para consumo interno do Laboratório de Doador.

3.100 testes/mês são equivalentes a 30 conjuntos, logo 8 conjuntos são 826,66 testes/mês + 15% reserva técnica = 950,66 testes/mês, arredondamento = 949 testes/mês para atender à forma de apresentação de possíveis fornecedores.
Ano: 13 parcelas de 949 = 12.337 testes/ano

4.7. Para cálculo da quantidade de CQI a ser utilizado no Laboratório de Controle de Qualidade foi verificado os dias de uso do equipamento e a quantidade de reagente a cada dia de uso do equipamento.

4.7.1. Cálculo total de amostras de CQI/ano para espectrofotometria = (20 dias/mês x 1 mL) x 12 = 240 mL/ano.

4.8. Para cálculo da quantidade de CQI a ser utilizado no Laboratório de Citometria de Fluxo foi realizada a média de consumo dos últimos 3 anos.

4.8.1. Cálculo total de amostras de CQI/ano Citometria de Fluxo = média de criopreservação/ano + previsão de bolsas criopreservadas liberadas infusão/ano + CQI total para curvas de proficiência e controles lote/remessa + 15% reserva técnica.

Média dos últimos 3 anos	MÉDIA DE CRIOPRESERVAÇÃO/ANO	PREVISÃO DE BOLSAS CRIOPRESERVADAS LIBERADAS INFUSÃO/ANO	CQI TOTAL PARA CURVAS DE PROFICIÊNCIA E CONTROLES LOTE/REMESSA	15% RESERVA TÉCNICA	RESERVA TÉCNICA 15% + USO/ANO	ARREDONDAMENTO	Observação
Quantidade	64	64	40	25,2	193,2	200	A ser entregue em 8 parcelas de 25.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO (ART. 18, § 1º, V, DA LEI Nº 14.133/2021)**

- 5.1. Atualmente o fornecimento de insumos e serviços de Controle de Qualidade Interno (CQI) para os laboratórios da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) e para a agências transfusionais da hemorrede pública do DF está contemplado no **CONTRATO Nº 026/2020 – NCC/CODAG/FHB (43998864)**, cuja vigência excepcional expira em 27/07/2026.
- 5.2. Essa equipe de planejamento, visando transparência na condução dos atos, estudou o mercado, tendo realizado tratativas junto aos potenciais fornecedores dos insumos conforme consta nos autos (153965964, 153966951 e 153967265).
- 5.3. Conforme levantamento de mercado, existem atualmente no mercado nacional, ao menos 03 (três) empresas fornecedoras de insumos para CQI (Controllab, PNCQ e Bio-Rad).
- 5.4. Portanto a aquisição dos insumos constantes neste Estudo Técnico Preliminar é uma exigência obrigatória pela legislação vigente que visa assegurar a qualidade dos resultados dos exames laboratoriais realizados diariamente nos laboratórios da FHB, bem como a qualidade dos reagentes utilizados.

6. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VI, DA LEI Nº 14.133/2021)**

- 6.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 487.044,45 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)**, conforme custos aferidos pela pesquisa de estimativa de preços, constante nos autos do processo licitatório, nas especificações e quantitativos da tabela abaixo:

Grupo 01 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	Painel de amostra positiva para HIV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415141	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
2	Painel de amostra positiva para HCV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415140	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
3	Painel de amostra positiva para HBsAg para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415139	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
4	Painel de amostra positiva para HTLV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415136	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
5	Painel de amostra positiva para Chagas para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415134	Unidade	18	R\$ 1.650,70	R\$ 29.712,60
6	Painel de amostra positiva para Sífilis para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415137	Unidade	18	R\$ 1.650,70	R\$ 29.712,60

7	Painel de amostra positiva para anti-HBc para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415138	Unidade	20	R\$ 1.650,70	R\$ 33.014,00
8	Controle positivo para HIV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415141	Teste	2840	R\$ 4,08	R\$ 11.587,20
9	Controle positivo para HCV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415140	Teste	2760	R\$ 4,66	R\$ 12.861,60
10	Controle positivo para HBsAg para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415139	Teste	2424	R\$ 4,11	R\$ 9.962,64
11	Controle positivo para HTLV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415136	Teste	2608	R\$ 4,08	R\$ 10.640,64
12	Controle positivo para Chagas para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415134	Teste	3284	R\$ 0,98	R\$ 3.218,32
13	Controle positivo para Sífilis para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415137	Teste	3144	R\$ 4,04	R\$ 12.701,76
14	Controle positivo para anti-HBC para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415138	Teste	3072	R\$ 4,08	R\$ 12.533,76
15	Controle positivo para Sífilis para validação diária em métodos de floclulação. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O título mínimo deverá ser de 1/16. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	358549	Teste	168	R\$ 45,30	R\$ 7.610,40
Total Grupo 01:		R\$ 305.611,52				

Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
16	Controle negativo para HIV, HCV, HBsAg, anti-HBC, HTLV, Chagas, Sífilis e anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser não reagente para todos os parâmetros citados. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Teste	2607	R\$ 31,96	R\$ 83.319,72
Total item 16:		R\$ 83.319,72				

Grupo 02 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:
--

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
17	Painel de amostra positiva para anti-HBs para validação lote a lote/remessa a remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Unidade	8	R\$ 58,42	R\$ 467,36
18	Controle positivo para anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado e deverá ser validado em duas metodologias diferentes. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Temperatura de armazenagem: -20°C. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Unidade	366	R\$ 60,32	R\$ 22.077,12
Total Grupo 02:		R\$ 22.544,48				

Insumos para uso no Laboratório de Imuno-hematologia:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
19	Kit controle para testes imuno-hematológicos: tipagem ABO/RhD e pesquisa de anticorpos irregulares, para método gel-teste, microplaca e tubo. O reagente de hemácias deverá ter a concentração mínima de 0,8%. Reagente pronto para uso. Validade mínima 30 dias na data de entrega na FHB.	362078	Teste	12.337	R\$ 4,89	R\$ 60.327,93
Total item 19:		R\$ 60.327,93				

Grupo 03 - Insumos para uso no Laboratório de Citometria de Fluxo:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
20	Controle positivo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso. Validade mínima 60 dias na data de entrega na FHB.	484554	Teste	200	R\$ 29,21	R\$ 5.842,00
21	Controle negativo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso. Validade mínima 60 dias na data de entrega na FHB.	368250	Teste	200	R\$ 29,21	R\$ 5.842,00
Total Grupo 03:		R\$ 11.684,00				

Insumos para uso no Laboratório de Controle de Qualidade:						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
22	Solução padrão para uso no espectrofotômetro a fim de avaliar o seu desempenho. Deve permitir a análise da absorbância nos comprimentos de onda na	456236	mL	240	R\$ 14,82	R\$ 3.556,80

faixa de 340 nm a 600 nm. Reagente pronto para uso. Validade mínima 4 meses na data de entrega na FHB.					
Total item 22:	R\$ 3.556,80				
Valor Global (grupos 01, 02 e 03, e itens 16, 19 e 22)	R\$ 487.044,45				

6.2. Durante o levantamento de mercado foi verificado que as empresas comercializam reagentes prontos para uso e liofilizados, sendo que ambos atendem às necessidades desta Instituição. Assim sendo, para garantir a ampla concorrência, sem restrição de nenhuma empresa é necessário que as duas formas de apresentação sejam contempladas no campo "DESCRIÇÃO DETALHADA" de alguns dos itens solicitados.

7. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 18, § 1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)**

7.1. Trata-se de insumos para a realização do controle de qualidade interno de rotinas realizadas diariamente nos laboratórios da FHB e qualificação de lote e remessa dos reagentes e conjuntos diagnósticos para inserção na rotina de trabalho.

7.2. Para os reagentes liofilizados a empresa vencedora deverá fornecer a título de bonificação o diluente adequado e em quantidade suficiente para realização dos testes.

7.3. Portanto, a aquisição dos insumos constantes neste Estudo Técnico Preliminar é uma exigência obrigatória pela legislação vigente que visa assegurar a qualidade dos resultados dos exames laboratoriais realizados diariamente nos laboratórios da FHB.

7.4. A empresa contratada deverá efetuar a entrega dos insumos em perfeitas condições de uso, de acordo com as especificações deste Estudo, contada a partir da assinatura do contrato, constando as indicações de marca, modelo, fabricante e procedência.

7.5. Os insumos deverão ser entregues com identificação de lote, data de fabricação, data de vencimento e bula (quando cabível), com todas as informações técnicas, e serem originais de fábrica.

7.6. **Condições de entrega:**

7.6.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Grupo 01 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	10 unidades do item 1, 10 unidades do item 2, 10 unidades do item 3, 10 unidades do item 4, 9 unidades do item 5, 9 unidades do item 6, 10 unidades do item 7, 710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14, 84 testes do item 15.	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10,	Até 120 (cento e vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.

	652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14.	
3ª	10 unidades do item 1, 10 unidades do item 2, 10 unidades do item 3, 10 unidades do item 4, 9 unidades do item 5, 9 unidades do item 6, 10 unidades do item 7, 710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14, 84 testes do item 15.	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.
4ª	710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14.	Até 300 (trezentos) dias corridos após a assinatura do contrato.

Item 16 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	869 testes do item 16	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	869 testes do item 16	Até 120 (cento e vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
3ª	869 testes do item 16	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

Grupo 02 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega

1ª	4 unidades do item 17, 183 unidades do item 18	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	4 unidades do item 17, 183 unidades do item 18	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

Item 19 - Insumos para uso no Laboratório de Imuno-hematologia:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	949 testes do item 19	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
3ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
4ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
5ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
6ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
7ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
8ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
9ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
10ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
11ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
12ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
13ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.

Grupo 03 - Insumos para uso no Laboratório de Citometria de Fluxo:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
3ª	25 testes do item 20	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.

	25 testes do item 21	
4ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
5ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
6ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
7ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
8ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.

Item 22 - Insumos para uso no Laboratório de Controle de Qualidade:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	80 mL do item 22	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	80 mL do item 22	Até 120 (cento e vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
3ª	80 mL do item 22	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

7.6.2. A entrega antecipada dos materiais não deverá exceder o prazo máximo de 07 (sete) dias úteis em relação à data prevista para a entrega, ou seja, os materiais somente poderão ser entregues com antecedência máxima de até 07 (sete) dias úteis da data originalmente estabelecida.

7.6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, ou seja, haja uma expectativa de atraso na data originalmente prevista para entrega dos materiais, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.6.4. Deverá ser observada a validade mínima solicitada para cada insumo no ato da entrega, conforme disposto na descrição detalhada constante do subitem 6.1 deste ETP.

7.6.5. Comprovada impossibilidade de atendimento ao previsto no subitem anterior, ficará a cargo da FHB avaliar a pertinência, conveniência e oportunidade para a Administração Pública a concordância no aceite de itens com validade inferior ao exigido.

7.7. **Local e horário de entrega:**

7.7.6. A entrega dos materiais deverá ser realizada conforme o cronograma previsto neste Estudo no seguinte endereço: Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70710-908, Fundação Hemocentro de Brasília, na Gerência de Material de Consumo, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h.

7.8. **Garantia, manutenção e assistência técnica:**

7.8.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VIII, DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. A adoção do agrupamento dos itens em grupo se dará pelo motivo a seguir:

8.1.1. A economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos e a maior vantagem na contratação recomenda a compra do item do mesmo fornecedor.

8.2. A divisão em grupos foi feita de modo a possibilitar a participação de mais de um fornecedor no certame, uma vez que cada grupo foi destinado ao CQI de um laboratório e/ou categoria de exame específico.

8.3. Por meio do uso de CQIs nos laboratórios da FHB é possível detectar e corrigir possíveis não conformidades, evidenciar a perda da sensibilidade dos ensaios e identificar variações em lotes e remessas. O CQI é determinante para a validação diária das rotinas de trabalho de cada laboratório. A possibilidade de fornecimento de itens destinados à mesma metodologia/laboratório por empresas diferentes traria ônus para a instituição, uma vez que na eventualidade de serem licitadas marcas diversas haveria necessidade de realização de processos diversos de validação com replicação de análises e consequente aumento da utilização dos reagentes necessários a cada metodologia. Além disso, poderia haver comprometimento da avaliação do desempenho do sistema analítico como um todo.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ART. 18, § 1º, IX, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. O CQI propicia a avaliação contínua da reprodutibilidade do processo executado em cada laboratório/metodologia, portanto, seu uso diário, além de ser obrigatório, é fundamental para a avaliação dos processos técnicos institucionais, o que contribui significativamente para a segurança dos testes laboratoriais e melhoria contínua da qualidade dos hemocomponentes produzidos pela FHB e liberados para uso na população. Assim sendo, tanto os profissionais da área técnica da FHB (responsáveis pela liberação de laudos) quanto os pacientes serão beneficiados com a aquisição em tela.

9.2. Por tratar-se da manipulação de amostras sabidamente positivas para determinado marcador viral e celular, a aquisição de CQIs de fornecedores externos visa reduzir os riscos reais de acidentes de trabalho devido à redução do tempo de manipulação e exposição a esses insumos potencialmente infectantes. Além disso, há de se considerar a dificuldade de disponibilidade de matéria-prima para produção *in house* de alguns CQIs. Logo, a aquisição pretendida garantirá a continuidade da prestação de serviços à população.

9.3. Por fim vale ressaltar que alguns CQIs e painéis comerciais possuem conservantes e estabilizantes que aumentam, respectivamente, sua validade e estabilidade quando comparados à produção *in house*.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (ART. 18, § 1º, X, DA LEI Nº 14.133/2021)

10.1. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:

10.1.1. Não são necessárias adequações do ambiente da Fundação Hemocentro de Brasília para que a contratação surta seus efeitos.

10.1.2. Ressalta-se que a FHB possui corpo técnico adequado para exercer as atividades inerentes à fiscalização da contratação, não sendo necessária alocação de pessoal adicional para essa finalidade.

10.1.3. As instalações atuais já atendem aos requisitos técnicos para a operação analítica. Os laboratórios possuem condições ambientais controladas e fluxo operacional condizente com as necessidades institucionais. Além disso, há um sistema de gestão da qualidade robusto, com documentação formal de procedimentos, rastreabilidade de reagentes (origem, lote, validade), manuseio padronizado, registro e tratamento de não conformidades, conforme requerido pelas boas práticas analíticas e pelas normas técnicas.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI, DA LEI Nº 14.133/2021)

11.1. Para a contratação objeto deste instrumento, não serão necessárias outras contratações para o pleno atendimento da necessidade da Fundação Hemocentro de Brasília.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (ART. 18, § 1º, XII, DA LEI Nº 14.133/2021)

12.1. Esta contratação deverá seguir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Fundação Hemocentro de Brasília - PGRSS, destinado a nortear todas as ações de gerenciamento de resíduos da Fundação, descrevendo ações relativas ao manejo de resíduos, observadas suas características no âmbito do estabelecimento, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (ART. 18, § 1º, XIII, DA LEI Nº 14.133/2021)

13.1. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da aquisição/contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:

13.1.1. Consoante elementos dispostos neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, declaramos que a aquisição do objeto deste Estudo é viável e é adequado ao atendimento da necessidade a que se destina.

14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Ana Clara Pereira Cordeiro
matrícula 1401845-4
Unitec/DPROCE/GLABE

Alex Renner Alves Pinto
matrícula 1707593-9
Unitec/DLAB/GSN

Luciana Vieira Araújo Peres
matrícula 1401856-X
Unitec/DCQ

Liz Maria Batista Teles
matrícula 1401941-8
Unitec/DCQ

Laíza Magalhães de Araújo
matrícula 1681992-6
Unitec/DCQ/GEAMT

Marcela Moreira Coelho
matrícula 1401924-8
Unitec/DCQ

15. **REVISORES**

De acordo,

Marcela Moreira Coelho
Diretora
DCQ/Unitec/PR/FHB

Renata Maria Alencar Moreira
Diretora
DLAB/Unitec/PR/FHB

Pedro Henrique de Jesus Diogo
Diretor
DPROCE/Unitec/PR/FHB

16. **APROVAÇÃO**


Aprovo,

Marcelo Jorge Carneiro de Freitas
Chefe da Unidade Técnica/FHB
Unitec/PR/FHB

00063-00003101/2024-10 Doc. SEI/GDF 200466684

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO (200901155)

	Governo do Distrito Federal Fundação Hemocentro de Brasília Unidade Administrativa e Financeira Diretoria de Contratos e Convênios	
---	---	--

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

* MODELO DE DOCUMENTO

MINUTA PARA EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO N.º 00063-00003101/2024-10 E N.º 00063-0000____/202_-__.

CONTRATO DE DE AQUISIÇÃO CONTINUADA DE INSUMOS Nº ____/202_-__ – DCC/UNIAF/FHB, que entre si celebram a FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA e a empresa _____.

CONTRATO SIGGO n.º: _____.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.743.457/0001-01, com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF, doravante denominada simplesmente **FHB** ou **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo(a) seu Presidente _____, Matrícula nº ____-____-____, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n.º ____-____-____, sediada à _____(endereço, cidade, estado, CEP), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador(a) do CPF/MF nº ____-____-____, tendo em vista o que constam nos Processos nº 00063-00003101/2024-10 e nº 00063-0000____/202_-__, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º: ____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: (ART. 92, I DA LEI 14.133/2021)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição continuada de insumos de Controle de Qualidade Interno (CQI), destinados ao atendimento dos laboratórios da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), com a finalidade de assegurar o cumprimento da legislação vigente, garantir a segurança e a qualidade dos resultados dos exames laboratoriais diariamente e, conseqüentemente, ampliar a segurança transfusional, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência 4 (200466684).

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 01: Insumos para uso no Laboratório de Sorologia						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

					(R\$)	(R\$)
1	Painel de amostra positiva para HIV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415141	Unidade	20	R\$	R\$
2	Painel de amostra positiva para HCV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415140	Unidade	20	R\$	R\$
3	Painel de amostra positiva para HBsAg para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415139	Unidade	20	R\$	R\$
4	Painel de amostra positiva para HTLV para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415136	Unidade	20	R\$	R\$
5	Painel de amostra positiva para Chagas para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência.	415134	Unidade	18	R\$	R\$

	Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.					
6	Painel de amostra positiva para Sífilis para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415137	Unidade	18	R\$	R\$
7	Painel de amostra positiva para anti-HBc para validação a cada lote/remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415138	Unidade	20	R\$	R\$
8	Controle positivo para HIV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415141	Teste	2.840	R\$	R\$
9	Controle positivo para HCV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar	415140	Teste	2.760	R\$	R\$

	entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.					
10	Controle positivo para HBsAg para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415139	Teste	2.424	R\$	R\$
11	Controle positivo para HTLV para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415136	Teste	2.608	R\$	R\$
12	Controle positivo para Chagas para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06	415134	Teste	3.284	R\$	R\$

	meses na data de entrega na FHB.					
13	Controle positivo para Sífilis para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415137	Teste	3.144	R\$	R\$
14	Controle positivo para anti-HBC para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O valor da leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415138	Teste	3.072	R\$	R\$
15	Controle positivo para Sífilis para validação diária em métodos de floculação. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado. O título mínimo deverá ser de 1/16. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	358549	Teste	168	R\$	R\$
TOTAL GERAL (R\$)						R\$

Insumos para uso no Laboratório de Sorologia						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
16	Controle negativo para HIV, HCV, HBsAg, anti-HBC, HTLV, Chagas, Sífilis e anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser não reagente para todos os parâmetros citados. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Teste	2.607	R\$	R\$
TOTAL GERAL (R\$)						R\$

GRUPO 02: Insumos para uso no Laboratório de Sorologia						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
17	Painel de amostra positiva para anti-HBs para validação lote a lote/remessa a remessa em técnica de quimiluminescência. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.	415306	Unidade	08	R\$	R\$
18	Controle positivo para anti-HBs para validação diária em técnica de quimiluminescência. O controle deverá ser unicamente reagente para o parâmetro testado e deverá ser validado em duas metodologias diferentes. O valor da	415306	Unidade	366	R\$	R\$

leitura deverá estar entre 1,5 e 4,5 vezes o valor do ponto de corte. Temperatura de armazenagem: -20°C. Reagente pronto para uso ou liofilizado. Validade mínima de 06 meses na data de entrega na FHB.					
TOTAL GERAL (R\$)					R\$

Insumos para uso no Laboratório de Imuno-hematologia						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
19	Kit controle para testes imuno-hematológicos: tipagem ABO/RhD e pesquisa de anticorpos irregulares, para método gel-teste, microplaca e tubo. O reagente de hemácias deverá ter a concentração mínima de 0,8%. Reagente pronto para uso. Validade mínima 30 dias na data de entrega na FHB.	362078	Teste	12.337	R\$	R\$
TOTAL GERAL (R\$)						R\$

GRUPO 03: Insumos para uso no Laboratório de Citometria de Fluxo						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
20	Controle positivo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso. Validade mínima 60 dias na data de entrega na FHB.	484554	Teste	200	R\$	R\$

21	Controle negativo para CD34 método de citometria de fluxo. Reagente pronto para uso. Validade mínima 60 dias na data de entrega na FHB.	368250	Teste	200	R\$	R\$
TOTAL GERAL (R\$)						R\$

Insumos para uso no Laboratório de Controle de Qualidade						
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
22	Solução padrão para uso no espectrofotômetro a fim de avaliar o seu desempenho. Deve permitir a análise da absorbância nos comprimentos de onda na faixa de 340 nm a 600 nm. Reagente pronto para uso. Validade mínima 4 meses na data de entrega na FHB.	456236	ml	240	R\$	R\$
TOTAL GERAL (R\$)						R\$

1.3. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência 4 (200466684);
- 1.3.2. O Edital de Licitação (*link sei*);
- 1.3.3. A Proposta do contratado (*link sei*);
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: (ART. 6º, XXIII, “E”, DA LEI Nº 14.133/2021)**

3.1. **Condições de entrega:**

3.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Grupo 01 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia		
Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	10 unidades do item 1, 10 unidades do item 2, 10 unidades do item 3, 10 unidades do item 4, 9 unidades do item 5, 9 unidades do item 6, 10 unidades do item 7, 710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14, 84 testes do item 15.	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14.	Até 120 (cento e vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
3ª	10 unidades do item 1, 10 unidades do item 2, 10 unidades do item 3, 10 unidades do item 4, 9 unidades do item 5, 9 unidades do item 6, 10 unidades do item 7, 710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11,	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

	821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14, 84 testes do item 15.	
4ª	710 testes do item 8, 690 testes do item 9, 606 testes do item 10, 652 testes do item 11, 821 testes do item 12, 786 testes do item 13, 768 testes do item 14.	Até 300 (trezentos) dias corridos após a assinatura do contrato.

Item 16 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:		
Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	869 testes do item 16	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	869 testes do item 16	Até 120 (cento e vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
3ª	869 testes do item 16	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

Grupo 02 - Insumos para uso no Laboratório de Sorologia:		
Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	4 unidades do item 17, 183 unidades do item 18	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	4 unidades do item 17, 183 unidades do item 18	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

Item 19 - Insumos para uso no Laboratório de Imuno-hematologia:		
Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	949 testes do item 19	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.

2ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
3ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
4ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
5ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
6ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
7ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
8ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
9ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
10ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
11ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
12ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
13ª	949 testes do item 19	Até 28 (vinte e oito) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.

Grupo 03 - Insumos para uso no Laboratório de Citometria de Fluxo:		
Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
3ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.

4ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
5ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
6ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
7ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.
8ª	25 testes do item 20 25 testes do item 21	Até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o recebimento da entrega anterior.

Item 22 - Insumos para uso no Laboratório de Controle de Qualidade:		
Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	80 mL do item 22	Até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
2ª	80 mL do item 22	Até 120 (cento e vinte) dias corridos após a assinatura do contrato.
3ª	80 mL do item 22	Até 210 (duzentos e dez) dias corridos após a assinatura do contrato.

3.2.1. A entrega antecipada dos materiais não deverá exceder o prazo máximo de 07 (sete) dias úteis em relação à data prevista para a entrega, ou seja, os materiais somente poderão ser entregues com antecedência máxima de até 07 (sete) dias úteis da data originalmente estabelecida.

3.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.2.3. A entrega dos materiais deverá ser realizada conforme o cronograma previsto neste Termo de Referência no seguinte endereço: Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, Fundação Hemocentro de Brasília, na Gerência de Material de Consumo, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h.

3.2.4. Deverá ser observada a validade mínima solicitada para cada insumo no ato da entrega, conforme disposto na descrição detalhada constante do subitem 1.1.1 do Termo de Referência.

3.2.5. Comprovada impossibilidade de atendimento ao previsto no subitem anterior, ficará a cargo da FHB avaliar a pertinência, conveniência e oportunidade para a Administração Pública a concordância no aceite de itens com validade inferior ao exigido.

3.3. **Garantia, manutenção e assistência técnica:**

3.3.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4. **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO:**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO: (ART. 92, V, DA LEI 14.133/2021)**

5.1. O valor total do Contrato é de R\$____ (____), devendo a importância de R\$____ (____), no elemento de despesa **33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**, ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente, conforme Empenho n.º 202_NE000__ (*link sei*), enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO: (ART. 6º, XXIII, “G”, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 6.1. Por sua natureza, o contrato será acompanhado por fiscal e gestor devidamente indicados, com competências suficientes para acompanhar, avaliar, fiscalizar e definir o procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução.
- 6.2. **Do Recebimento:**
- 6.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 6.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.2.3. Caso após o recebimento provisório constatar-se que os materiais possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.
- 6.2.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 13 (treze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 6.2.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.2.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 6.2.7. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. (Art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021)
- 6.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
- 6.2.9. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO: (ART. 92, V, DA LEI 14.133/2021)

- 7.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:
- 7.1.1. fornecimento de bens;
- 7.1.2. locações;
- 7.1.3. prestação de serviços;
- 7.1.4. realização de obras.
- 7.2. A ordem cronológica referida no subitem anterior poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:
- 7.2.1. grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- 7.2.2. pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- 7.2.3. pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- 7.2.4. pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- 7.2.5. pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.
- 7.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
- 7.4. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.
- 7.5. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

7.6. Para efeito de pagamento deverão ser verificados os documentos abaixo relacionados:

7.6.1. prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.6.2. certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;

7.6.3. certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;

7.6.4. prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br;

7.7. Para as comprovações elencadas no item acima, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa;

7.8. Os documentos elencados no item 7.6. poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF;

7.9. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá ser emitida em nome da Fundação Hemocentro de Brasília, CNPJ: 86.743.457/0001-01 e conter:

7.9.1. nome da empresa e CNPJ;

7.9.2. destinatário: Fundação Hemocentro de Brasília e demais dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.3. número da Nota Fiscal ou documento equivalente;

7.9.4. o prazo de validade do material (quando couber);

7.9.5. a data da emissão;

7.9.6. o valor a pagar; e

7.9.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.10. As Notas Fiscais emitidas com dados (razão social ou CNPJ) divergentes dos informados no item 7.9., não serão aceitas;

7.11. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);

7.12. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial, serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto);

7.13. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição;

7.14. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA (art. 2º do Decreto distrital nº 37.121/2016);

7.15. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.16. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);

7.17. Os pagamentos, pela Fundação Hemocentro de Brasília, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011);

7.18. Excluem-se das disposições do item acima os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal; os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos; os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado;

7.19. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a conformidade do objeto do contrato;

7.20. Na emissão de Ordem Bancária - OB, quando o fornecedor ou contratado estiver em situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, a Justiça Trabalhista ou Fazenda Pública do Distrito Federal, a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira deve noticiar a situação ao fiscal do contrato para as providências legais, antes de realizar o pagamento;

7.21. É vedado o pagamento, a qualquer título à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Item 01 ao 15	-	R\$	-	-	R\$	-	-	R\$	-	-	R\$	-
Item 16	-	R\$	-	-	R\$	-	-	R\$	-	-	-	-
Itens 17 e 18	-	R\$	-	-	R\$	-	-	-	-	-	-	-
Item 19	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Itens 20 e 21	-	R\$	-	R\$	R\$	R\$	-	R\$	R\$	R\$	-	R\$
Item 22	-	R\$	-	R\$	-	-	-	R\$	-	-	-	-
Valor Total (R\$)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

9. **CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE: (ART. 92, V, DA LEI 14.133/2021)**

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/11/2025 (185653029).

9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índices(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: (ART. 92, V, DA LEI 14.133/2021)**

10.1. Indicar os fiscais e gestores do Contrato;

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.5. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

10.6. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado;

- 10.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.8. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 10.10. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 10.10.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.10.2. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 10.10.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- 10.11. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- 10.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.13. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.14. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO: (ART. 92, XIV, DA LEI 14.133/2021)

- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 11.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus apêndices, acompanhado da respectiva nota fiscal;
 - 11.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou avarias;
 - 11.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao DF ou à entidade distrital, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 11.1.4. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 10 dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 11.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 11.1.6. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc;
 - 11.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - 11.1.8. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 11.1.9. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;
 - 11.1.10. durante a execução do contrato fica vedado o uso de conteúdo discriminatório: contra a mulher, que incentive a violência ou que exponha a mulher a constrangimento, homofóbico ou qualquer outro que represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos do que dispõe a Lei 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital 38.365/2017;
- 11.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;
- 11.3. O não atendimento das determinações constantes da Lei nº 5.087/2013 implica a abertura de processo administrativo para rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública;
- 11.4. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas no Termo de Referência e em sua proposta.
- 11.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela equipe de fiscalização do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Distrito Federal ou à entidade distrital, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.7. A Contratada deverá disponibilizar meio eletrônico adequado (e-mail ou site) para envio, recebimento dos resultados e emissão de certificado.
- 11.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.9. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 8º do Decreto nº 32.751, de 04 de fevereiro de 2011, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 11.10.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 11.10.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 11.10.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 11.10.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 11.10.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.12. Comunicar à equipe de fiscalização do contrato, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.14. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.16. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.18. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 11.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.24. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.24.1. o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.24.2. os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso.
- 11.26. Reservar o percentual de 2% de vagas de trabalho nas licitações de serviços e obras públicas distritais, a ser destinado a pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983, conforme artigo 1º da Lei Distrital nº 6.128, de 1º de março de 2018.
- 11.27. Durante a execução do contrato fica vedado o uso de conteúdo discriminatório: contra a mulher, que incentive a violência ou que exponha a mulher a constrangimento, homofóbico ou qualquer outro que represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos do que dispõe a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, regulamentada pelo Decreto Distrital 38.365, de 26 de julho de 2017.

11.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO: (ARTIGO 92, XII)

12.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias *úteis*, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato o que corresponde atualmente a R\$_____ (_____).

12.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá permanecer em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item. 12.5 deste contrato.

12.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

12.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.

12.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica conforme dados bancários abaixo:

12.8.1. Banco de Brasília: 070.

12.8.2. Agência: 0200.

12.8.3. Conta Poupança: 003188-3.

12.8.4. CNPJ: 86.743.457/0001-01

12.8.5. Tipo de Conta: Jurídica

12.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

12.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

12.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.16.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

12.16.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

12.16.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (ART. 92, XIV, DA LEI 14.133/2021)**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133 de 2021, o contratado que:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência (artigo 156, I)** quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.1.1. A contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da Lei 14.133 de 2021.

13.2.2. **Multa (artigo 156, II);**

13.2.2.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da sua intimação, conforme artigo 157, da Lei 14.133 de 2021.

13.2.2.2. A contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da Lei 14.133 de 2021.

13.2.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §º da Lei 14.133 de 2021).

13.2.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.2.2.5. Multa compensatória:

Dar causa a inexecução parcial do contrato, multa de 0,5% a 12% sobre o valor do contrato;

Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, multa de 0,5% a 15% sobre o valor do contrato;

Dar causa à inexecução total do contrato, multa de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, multa de 0,5% a 15% sobre o valor do contrato;

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato;

Praticar ato fraudulento na execução do contrato, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato;

Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato.

13.2.2.6. Multa moratória:

O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, aplicada de acordo com os seguintes percentuais:

0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, aplicado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso;

0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, em caráter excepcional e a critério da Administração, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, contados a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, aplicado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, não podendo exceder o percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme parágrafo único do artigo 162 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021.

13.2.3. **Impedimento de licitar e contratar (artigo 156, III)** quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3.1. A contratada poderá apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação nos termos do artigo 158 da Lei 14.133 de 2021.

- 13.2.3.2. Caso haja o deferimento de pedido de produção de novas provas ou juntada de provas, a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do §2º, do artigo 158 da Lei 14.133 de 2021.
- 13.2.3.3. A contratada poderá apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do artigo 166, da Lei 14.133 de 2021.
- 13.2.4. **Declaração de inidoneidade (artigo 156, IV)** quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 deste Contrato, bem como nos subitens 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.2.4.1. A contratada poderá apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação nos termos do artigo 158 da Lei 14.133 de 2021.
- 13.2.4.2. Caso haja o deferimento de pedido de produção de novas provas ou juntada de provas, a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, nos termos do §2º, do artigo 158 da Lei 14.133 de 2021.
- 13.3. A aplicação das sanções previstas na Lei 14.133 de 01/04/2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.
- 13.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.
- 13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 13.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 13.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)
- 13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO: (ART. 137 A 139, DA LEI 14.133/2021)**
- 14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- 14.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 14.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva
- 14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

- 14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 14.5.3. Indenizações e multas.
- 14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (ART. 92, VIII, DA LEI 14.133/2021)**

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Fundação Hemocentro de Brasília deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- 15.1.1. Unidade Orçamentária: ____.
- 15.1.2. Fonte de Recursos: 138 (Recurso SUS).
- 15.1.3. Programa de Trabalho: 10.303.6202.2975.0001 – SUPORTE AOS TRANSPLANTES E À ATENÇÃO HEMATOLÓGICA - FHB.
- 15.1.4. Elemento da Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- 15.2. O empenho inicial é de R\$ ____ (____), conforme Empenho n.º 202_NE000 ____ (*link sei*), emitida em __/__/____, na modalidade _____.
- 15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS:**

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES:**

- 17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplinas dos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133 de 2021.
- 17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO: (ART. 92, IV, DA LEI 14.133/2021).**

- 18.1. A presente contratação adotará como regime de execução indireta.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO: (ART. 92, XVIII, DA LEI 14.133/2021)**

19.1. **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

- 19.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 19.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 19.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 19.1.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 19.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

- 19.1.4. O contratado deverá informar nome completo e contatos do preposto da empresa, que ficará acessível durante toda a execução do contrato.
- 19.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).
- 19.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 19.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 19.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 19.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 19.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 19.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato. (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 19.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros. (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 19.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 19.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e Distritais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 19.1.13. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Fiscalização do Contrato.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS DÉBITOS PARA COM A FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA:**

- 20.1. Os débitos da CONTRATADA para com a Fundação Hemocentro de Brasília, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO: (DECRETO N.º 34.031/2012)**

- 21.1. Na execução do presente Contrato as partes devem cumprir fielmente as normas de combate à corrupção, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 37.296/2016).
- 21.2. O servidor ou empregado público não deve, direta ou indiretamente, solicitar, insinuar, aceitar ou receber bens, benefícios ou quaisquer vantagens materiais ou imateriais, para si ou para outrem, em razão do exercício de suas atribuições, cargo, função ou emprego público, de acordo com o "caput" do art. 10 do Anexo II do Decreto nº 37.297, de 29 de abril de 2016.
- 21.3. Não serão considerados como bens e vantagens de natureza indevida as condecorações, honrarias e reconhecimentos protocolares recebidos de governos, organismos nacionais e internacionais ou entidades sem fins lucrativos, nas condições em que a lei e o costume oficial admitam esses benefícios; os brindes de distribuição coletiva a título de divulgação ou patrocínio estipulados contratualmente por ocasião de eventos especiais ou em datas comemorativas, nos limites do contrato; os presentes de menor valor realizados em razão de vínculo de amizade ou relação pessoal ou decorrentes de acontecimentos no qual seja usual efetuá-los; e ingressos para participação em atividades, shows, eventos, simpósios, congressos ou convenções, desde que ajustados em contrapartida de contrato administrativo ou convênio, conforme incisos I ao IV do § 2º, art. 10, do Anexo II do Decreto nº 37.297 de 2016.
- 21.4. Na execução do presente Contrato é vedado à CONTRATANTE e a CONTRATADA e/ou seu empregado ou qualquer representante criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato.
- 21.5. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

22. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO: (ARTIGO 8º DO DECRETO N.º 32.751/2011)**

- 22.1. Não poderá participar, a pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:
- 22.1.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou
- 22.1.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.

23. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA SUSTENTABILIDADE: (DECRETO N.º: 4.770/2012)**

23.1. A CONTRATADA deverá atender, na execução do contrato, aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

24. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PROIBIÇÃO DE TRABALHO INFANTIL: (LEI N.º: 5.061/2013)**

24.1. Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, inciso XXXIII e artigo 227, §3º, inciso I, da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO, constituindo motivo para rescisão e aplicação das sanções legais cabíveis.

25. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE PLANO DE SAÚDE: (LEI N.º: 4.799/2012)**

25.1. Fica a contratada, para a prestação de serviços, obrigada a fornecer plano de saúde aos seus funcionários.

26. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO REGISTRO E APURAÇÃO DE CASOS DE ASSÉDIO MORAL OU SEXUAL (DECRETO N.º: 44.701 DE 05/07/2023):**

26.1. As partes deverão observar as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual dispostas no Decreto nº 44.701 de 05 de julho de 2023.

27. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO: (ART. 94, DA LEI N.º: 14.133/2021)**

27.1. Incumbirá à contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133 de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei 14.133 de 2021, e ao artigo 8º § 2º, da Lei 12.527, de 2011 c/c artigo 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724 de 2012.

28. **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO: (§1º DO ART. 92, DA LEI N.º: 14.133/2021)**

28.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme o artigo 92, §1º, da Lei 14.133/2021 quaisquer dúvidas ou controvérsias ao presente Contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Representante da Contratante

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

Presidente

Representante da Contratada

EMPRESA CONTRATADA

Representante

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da Diretoria geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente

Elaborado por:

Juliana Mesquita de Lima

Diretora substituta de Contratos e Convênios

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

smhn qd 03 conj a bl 03 - Bairro Asa norte - CEP 70710-908 -

Telefone(s): 61 3020-2914

Sítio - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>

00063-00003101/2024-10 Doc. SEI/GDF 200901155

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço da Fundação Hemocentro de Brasília, SMHN Quadra 03, Conj. "A", Bloco 03, Brasília/DF.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.



Documento assinado eletronicamente por **GIULIA BARQUETA OROZCO CIARLINI** - **Matr.1694453-4, Diretor(a) de Compras**, em 28/04/2026, às 11:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **201128376** código CRC= **3A460E3C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
smhn qd 03 conj a bl 03 - Bairro Asa norte - CEP 70710908 -
Telefone(s): 61 3020-2915
Sítio - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>